

FUNDAMENTOS DE ECONOMIA

TECNOLOGIA EM HOTELARIA



Ministério da Educação - MEC
Coordenação de Aperfeiçoamento
de Pessoal de Nível Superior

Universidade Aberta do Brasil

Instituto Federal de Educação,
Ciência e Tecnologia do Ceará

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Universidade Aberta do Brasil
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará
Diretoria de Educação a Distância

Tecnologia em Hotelaria
Fundamentos de Economia

Antônio Valdson dos Santos Alencar
Fabiano Porto de Aguiar

2ª edição

Fortaleza, CE
2013

CRÉDITOS

Presidente

Dilma Vana Rousseff

Ministro da Educação

Aloízio Mercadante Oliva

Presidente da CAPES

José Almeida Guimarães

Diretor de EaD - CAPES

João Carlos Teatini Clímaco

Reitor do IFCE

Virgílio Augusto Sales Araripe

Pró-Reitor de Ensino

Reuber Saraiva de Santiago

Diretora de EAD/IFCE e Coordenadora

UAB/IFCE

Cassandra Ribeiro Joye

Coordenadora Adjunta UAB

Cristiane Borges Braga

Coordenadora do Curso de Tecnologia em Hotelaria

Fabiola Silveira Jorge Holanda

Elaboração do conteúdo

Antônio Valdson dos Santos Alencar

Fabiano Porto de Aguiar

Colaboradora

Jane Fontes Guedes

Equipe Pedagógica e Design Instrucional

Daniele Luciano Marques

Iraci de Oliveira Moraes Schmidlin

Isabel Cristina Pereira da Costa

Jane Fontes Guedes

Karine Nascimento Portela

Lívia Maria de Lima Santiago

Luciana Andrade Rodrigues

Maria Cleide da Silva Barroso

Márcia Roxana da Silva Regis

Marília Maia Moreira

Saskia Natália Brígido Batista

Virgínia Ferreira Moreira

Equipe Arte, Criação e Produção Visual

Benghson da Silveira Dantas

Camila Ferreira Mendes

Denis Rainer Gomes Batista

Érica Andrade Figueirêdo

Luana Cavalcante Crisóstomo

Lucas de Brito Arruda

Lucas Diego Rebouças Rocha

Marco Augusto M. Oliveira Júnior

Quezia Brandão Souto

Rafael Bezerra de Oliveira

Suzan Pagani Maranhão

Equipe Web

Aline Mariana Bispo de Lima

Benghson da Silveira Dantas

Corneli Gomes Furtado Júnior

Fabrice Marc Joye

Germano José Barros Pinheiro

Herculano Gonçalves Santos

Lucas do Amaral Saboya

Pedro Raphael Carneiro Vasconcelos

Samantha Onofre Lóssio

Tibério Bezerra Soares

Áudio

Lucas Diego Rebouças Rocha

Revisão

Antônio Carlos Marques Júnior

Aurea Suely Zavam

Débora Liberato Arruda Hissa

Nukácia Meyre Araújo de Almeida

Saulo Garcia

Logística

Francisco Roberto Dias de Aguiar

Secretários

Breno Giovanni Silva Araújo

Laide Ane de Oliveira Ferreira

Auxiliar

Charlene Oliveira da Silveira

Daniel Oliveira Veiga

Nathália Rodrigues Moreira

Yara de Almeida Barreto



Catálogo na Fonte: Tatiana Apolinário Camurça (CRB 3 – Nº 1045)

A368f Alencar, Antônio Valdsom dos Santos.

Fundamentos de economia / Antônio Valdsom dos Santos Alencar;
Fabiano Porto de Aguiar (coautor); Coordenação Cassandra Ribeiro Joye.
- 2. ed. - Fortaleza: UAB/IFCE, 2013.
78p. : il. ; 27cm.

ISBN 978-85-475-0024-5

1. ECONOMIA-HISTÓRIA. 2. BENS ECONÔMICOS. 3. MACRO-
ECONOMIA. 4. SISTEMAS ECONÔMICOS. I. Joye, Cassandra Ribeiro
(coordenação). II. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia - IFCE.
III. UAB IV. Título.

CDD 330

Apresentação	7
Referências	77
Currículo	78

SUMÁRIO

AULA 1 Origem da economia e as correntes de pensamento econômico 8

- Tópico 1 A economia como ciência social e a origem do pensamento econômico 9
- Tópico 2 Os mercantilistas e os fisiocratas 13
- Tópico 3 A escola clássica 16
- Tópico 4 O pensamento marxista 21
- Tópico 5 A escola neoclássica e a revolução keynesiana 24

AULA 2 Introdução aos problemas e sistemas econômicos 28

- Tópico 1 Os problemas econômicos fundamentais 29
- Tópico 2 Bens e Serviços 33
- Tópico 3 Sistemas econômicos e curva FPP 36

AULA 3 Introdução à microeconomia 44

- Tópico 1 O mercado: estruturas e mecanismos básicos 45
- Tópico 2 Elasticidade 53
- Tópico 3 Comportamento do consumidor 58

AULA 4 Introdução à macroeconomia **62**

- Tópico 1 Políticas macroeconômicas e indicadores de desempenho **63**
- Tópico 2 Inflação **68**
- Tópico 3 Crescimento e desenvolvimento econômico **72**
- Tópico 4 Políticas macroeconômicas e indicadores de desempenho **75**

APRESENTAÇÃO

Caro(a) aluno(a),

Tradicionalmente, o setor turístico tem se apresentado como um dos setores de maior destaque e em processo de evolução na economia brasileira, e em especial do nordeste. Nos últimos anos, o setor tem registrado crescimentos significativos, tanto na quantidade de visitantes quanto no volume de investimentos.

Nossa disciplina de Fundamentos de Economia ajudará você a entender como a economia está presente em ações que realizamos diariamente. Além disso, você vai visualizá-la e compreendê-la de maneira que possamos ter uma visão crítica e, futuramente, tomarmos medidas e decisões baseadas nos conceitos econômicos abordados.

O turismo, como não poderia deixar de ser, está inserido diretamente em nossa economia e sem dúvida trata-se de um dos negócios mais rentáveis e em franco processo de crescimento. Esse segmento é classificado como uma atividade eminentemente de prestação de serviços, enquadrando-se, portanto, no setor terciário de nossa economia, interagindo também com os setores primário e secundário.

Com certeza, você já ouviu falar nos conceitos econômicos que serão abordados por nós nesta disciplina: demanda, oferta, inflação, desenvolvimento econômico, dentre outros. Agora vamos nos aprofundar um pouco mais e saber como podemos trazer esses conhecimentos para as atividades relacionadas com o turismo.

Desejo a você um ótimo estudo e que sirva como uma boa base para o seu desenvolvimento pessoal e profissional.

Prof. Fabiano Porto

AULA 1

Origem da economia e as correntes de pensamento econômico

Nesta aula, estudaremos um pouco de história econômica, dedicaremos-nos a conhecer as ciências econômicas, o que significa, qual a origem de sua palavra e sua classificação como ciências sociais. Destacaremos, também, os principais pensadores econômicos, aqueles que influenciaram e até hoje são seguidos em suas linhas de pensamento. Além disso, analisaremos as escolas de pensamento econômico, seus principais defensores e os diferentes pontos de vista, o que faz da economia objeto de discussões e debates de correntes distintas.

Para a elaboração desta aula, tomamos como base o livro **História do Pensamento Econômico do HUNT**, podendo ser usado para um maior aprofundamento, caso seja de interesse do aluno.

Objetivos

- Conhecer a economia como ciência social
- Estudar sobre a origem do pensamento econômico e sua importância no ramo comercial
- Conhecer a influência do Mercantilismo e da Fisiocracia no fortalecimento da economia
- Conhecer os principais influenciadores da escola Clássica
- Discutir sobre a importância da obra do economista Karl Marx na economia capitalista
- Conhecer as contribuições da Escola Neoclássica para as teorias microeconômicas
- Estudar a Revolução Keynesiana na teoria econômica

TÓPICO 1

A economia como ciência social e a origem do pensamento econômico

OBJETIVOS

- Conhecer a econômica como ciência social
- Estudar a origem do pensamento econômico e sua importância no ramo comercial

Neste tópico, estudaremos a economia como ciência social, sua origem, sua relação com o indivíduo e sua importância para o comércio e para a organização das formas de negociações entre as pessoas. Ainda neste tópico, discutiremos a origem do pensamento econômico, que serve como base de estudo para todo assunto relacionado com as linhas de pensamento seguido pelos economistas.

1. A ECONOMIA COMO CIÊNCIA SOCIAL

As Ciências Sociais estudam os fenômenos sociais e o desenvolvimento, a organização e o funcionamento da sociedade. O objeto de estudo dessa ciência é o homem e sua interação entre si, no seio da sociedade; sua relação com a natureza, a formação de poder político e econômico, as relações entre raças, gêneros, etnias, etc. Essa ciência realiza, ainda, a investigação acadêmica com vistas à compreensão científica do mundo atual.

Tal qual a Antropologia, as Ciências Políticas e a Sociologia, a Economia é também considerada uma ciência social, pois se ocupa do comportamento humano e estuda como as pessoas e as organizações na sociedade se empenham na produção, distribuição, troca e consumo de bens e serviços. Ela tem por objetivo a análise dos problemas econômicos e a apresentação de soluções para resolvê-los, de forma



VOCÊ SABIA?

O desenvolvimento das Ciências Sociais data do século XIX, a partir de ideias filosóficas de então, mas experimentou grande crescimento no século XX em diante.

a melhorar a qualidade de vida dos agentes envolvidos (famílias, governos e empresas) e a forma como esses agentes econômicos interagem entre si. Resumindo, isso forma a atividade econômica, que é exercida pelo homem dentro dessa sociedade.



VOCÊ SABIA?

A palavra economia tem sua origem na língua grega, a partir da palavra oikonomia, onde oikos significa casa, moradia; e nomos – lei, costume, administrar, ou seja, algo como “regras da casa” ou “administração da casa”. Também deriva do latim oeconomia, que significa ordem, arranjo, disposição.

Existe outro conceito importante para tratarmos brevemente: a Organização Econômica, que é a forma como a sociedade está organizada para desenvolver as atividades que envolvem a economia. Ela está dividida, basicamente, em dois tipos de organizações: Economia de Mercado (descentralizada - capitalista) e Economia Planificada (centralizada - socialista).

Ainda na análise do estudo das Ciências Econômicas, no intuito de entender o funcionamento do mundo econômico, os economistas fazem distinção entre dois tipos de afirmações: o que é afirmação positiva (e o que deveria ser) afirmação normativa. Na afirmação positiva, a economia se comporta como cientista, pois esse tipo de informação deve ser coerente com o ambiente econômico, baseada em um processo de investigação científica, que é dividida em três fases: observação e mensuração, construção de modelos e o teste desses modelos econômicos. Portanto, trata-se

de declarações que descrevem o mundo econômico exatamente como ele é. Por exemplo, para se ter um sistema de saúde eficiente e com ótima qualidade, necessita de investimentos no setor.

Na informação normativa, as declarações lançadas não podem ser checadas e validadas, podemos recorrer apenas aos dados por elas apresentados. Por exemplo, deve ser garantido acesso igualitário e universal a um sistema de saúde de qualidade, ou seja, faz afirmações de como a economia deveria ser, nesse caso, o economista se comporta como político.

A maior parte do curso de fundamentos de economia procura explicar como a economia funciona (economia positiva), mas isso tendo em mente que o objetivo é usar os conceitos para melhorar a qualidade de vida das pessoas.

2. A ORIGEM DO PENSAMENTO ECONÔMICO

A economia, como uma teoria social, é baseada em eventos e circunstâncias sociais em constante processo de transformação no decorrer do tempo, então

podemos dizer que as teorias sociais são produtos das circunstâncias econômicas e sociais em que são concebidas, ou seja, dentro de um contexto social, político e cultural que estão inseridas.

Também é correto afirmar que o ser humano pode agir, criar, alterar as circunstâncias econômicas e sociais com ideias que tem sobre elas. Portanto, quando falamos no pensamento econômico em suas diversas linhas de tempo, analisamos também todo o contexto histórico da época em que ele está inserido.

Na antiguidade, desenvolviam-se organizações econômicas em civilizações consideradas bastante evoluídas para a época, como na Grécia, onde as atividades econômicas baseavam-se em uma economia doméstica a base de trocas, as ideias tinham cunho filosófico, não tendo pensamento econômico independente, podemos destacar como autores, Aristóteles e Platão.

Outra civilização destacada em atividade econômica é a romana, nela, as ideias econômicas estavam completamente subordinadas à política. Assim como na Grécia, a troca de mercadorias era intensa, com fatores favoráveis à expansão, como a navegação pelo Mediterrâneo e as companhias mercantis.

Na Idade Média (séculos V ou XI), vimos o surgimento do feudalismo, principalmente na Europa Ocidental, em consequência do surgimento de cidades urbanas que dependiam da agricultura para a obtenção do alimento e de matérias-primas. No feudalismo, o senhor feudal era o dono da terra (feudo) e os servos trabalhavam para pagar pela utilização dela. Nesse período da história, a maior parte das terras pertencia ao clero.

Com o declínio do sistema feudal, em meados dos séculos XIV e XV, e com a libertação dos trabalhadores do senhor feudal, o comércio entre cidades e o surgimento das feiras começaram a ganhar força, isso exigia melhores vias de comunicação, moedas, produtos, etc. Nessa época, surgiram As Cruzadas, que serviram para colocar a Europa em contato com a Ásia, impulsionando o comércio pelo Mediterrâneo.



VOCÊ SABIA?

Nas sociedades pré-históricas, já havia atividade econômica, pois o homem se relacionava com seus pares e utilizava os recursos naturais para suprir suas necessidades básicas. Sempre em evolução, com o surgimento da era neolítica, já utilizava ferramentas rudimentares para caça, pesca e praticava, também, a agricultura.



VOCÊ SABIA?

Para conhecer mais As Cruzadas, consulte o Portal BrasilEscola.com no link: <https://brasilescola.uol.com.br/historiag/cruzadas.htm>.

Neste tópico, vimos que a Economia é considerada uma ciência social, uma vez que estuda o comportamento das pessoas e das organizações, desde produção até o consumo de bens e produtos. Estudamos, também, a origem do pensamento econômico. No próximo tópico, conheceremos um pouco sobre dois fatos históricos que influenciaram no fortalecimento da Economia: os mercantilistas e os fisiocratas.

TÓPICO 2

Os mercantilistas e os fisiocratas

OBJETIVO

- Conhecer a influência do Mercantilismo e da Fisiocracia no fortalecimento da economia

Após termos estudado a Economia como ciência social, bem como a sua origem, estudaremos, neste tópico, os mercantilistas e os fisiocratas no contexto do surgimento da economia como ciência.

1. O SURGIMENTO DO MERCANTILISMO E DA FIOSIOCRACIA

Após esse momento histórico (entre os séculos XV a XVI), a economia começa a engatinhar e ganhar força por toda Europa. Nessa época, os pensadores econômicos começavam a entender que a política econômica do estado era baseada no acúmulo de capitais, ou seja, eram os estoques dos metais preciosos que constituíam a riqueza de uma nação, assim, surgia o mercantilismo.

Na prática mercantilista, para que o estado conseguisse o esperado acúmulo de capitais, a Balança Comercial tinha que se manter favorável e evitar a evasão monetária. Era preciso, ainda, auxiliar e manter as reservas de ouro, visto que se exportava mais do que importava mercadoria, o que tornava o comércio internacional um poderoso instrumento da política econômica da época.

No mercantilismo, adotava-se uma política estatal absolutista e nacionalista.

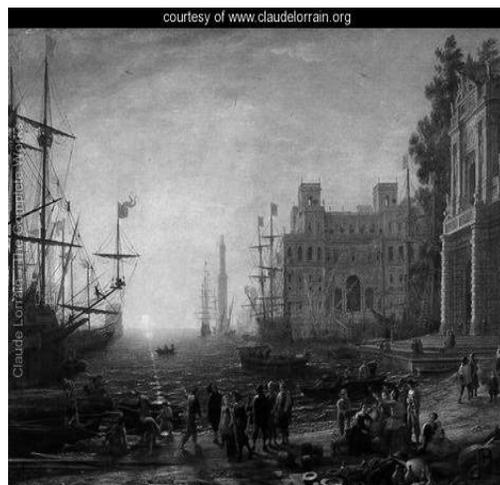


Foto 1: quadro de Claude Lorraine, representação de um porto francês em 1638..

Na primeira, o poder era centralizado no rei com o apoio da burguesia; a segunda, tinha uma grande intervenção do estado sobre todas as atividades produtivas, com o intuito de promover a prosperidade nacional e, conseqüentemente, fortalecimento do Estado.

A partir do século XVIII, surgiu a Fisiocracia, uma corrente que criticava o modelo mercantilista defendendo que não havia necessidade da regulação e conseqüente controle do governo nas atividades econômicas do estado. No modelo fisiocrata, a riqueza consistia em bens produzidos pela natureza em atividades como agricultura, pesca, mineração; nesse caso, a própria natureza era reguladora das atividades econômicas, portanto, o rei tinha a função de ser o intermediário para que as leis da natureza fossem realmente cumpridas.

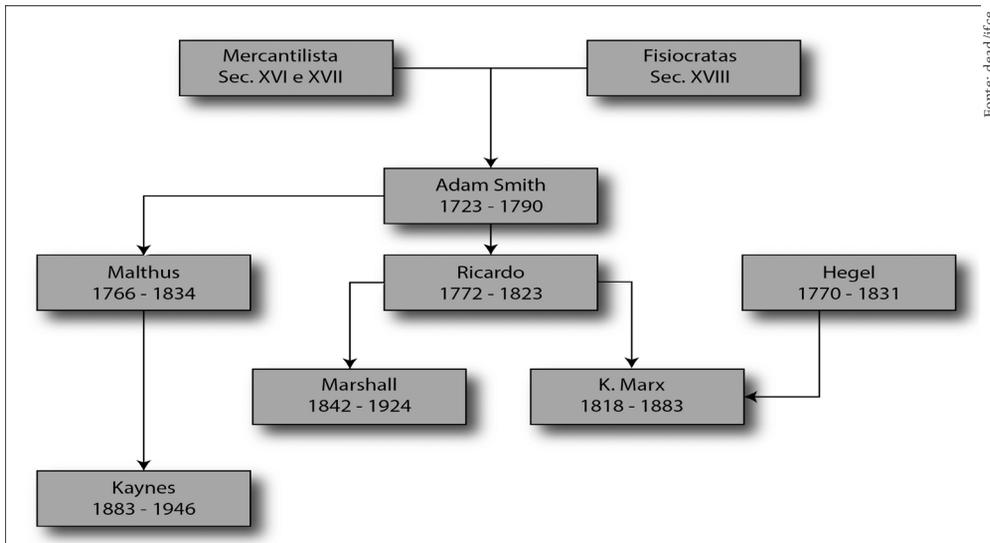
Os pensadores fisiocratas dividiam a sociedade em três classes: a classe produtiva, formada pelos agricultores; a classe dos proprietários das terras, nobreza / burguesia; e os denominados estéreis, classe composta por comerciantes, artesãos ou grupos não envolvidos no trabalho agrícola.

Portanto, os fisiocratas foram os primeiros pensadores que se mostraram contrários à intervenção estatal na economia. Era a política do “*laissez faire, laissez passer, le monde va de lui même*” (“deixe fazer, deixe passar, o mundo vai por si mesmo”), frase originada do pensador fisiocrata Vincent de Gournay.

As ideias fisiocratas formularam, pela primeira vez, uma ideia sistemática e lógica do pensamento econômico, formaram a base do liberalismo econômico, daí sua importante contribuição no cenário das ciências econômicas.

O mais importante representante da fisiocracia era o médico da corte de Luis XV e pensador François Quenay, que, em 1758, publicou a obra *Tableau Économique* (Quadro Econômico), marcando o início da Escola Fisiocrática. Segundo Quenay, existe uma ordem natural e essencial das sociedades humanas e é inútil contrariar com leis, regulamentos ou sistemas econômicos.

Para entendermos melhor a ordem cronológica e suas respectivas linhas de pensamento, temos a seguinte diagramação



Chegamos ao final deste tópico, por meio dele, conhecemos o Mercantilismo e a Fisiocracia, dois fatos históricos que influenciaram e fortaleceram o pensamento econômico ao longo dos tempos. No próximo tópico, daremos continuidade estudando mais um marco na história do pensamento econômico: a Escola Clássica.

TÓPICO 3

A escola clássica

OBJETIVOS

- Conhecer a Escola Clássica como um marco do pensamento econômico
- Conhecer os principais influenciadores da Escola Clássica

No tópico anterior, estudamos que o Mercantilismo adotava uma centralização da economia, ou seja, o rei e a burguesia tinham grande influência em todas as atividades produtivas. Vimos também que a Fisiocracia surgiu criticando esse modelo de economia e propondo três classes: a classe produtiva, a classe dos proprietários e a classe dos comerciantes. Neste tópico, estudaremos o surgimento da escola clássica e o que esse momento acrescentou ao pensamento econômico.

1. A ESCOLA CLÁSSICA

A economia clássica foi um grande marco para o pensamento econômico, assim como os fisiocratas, defendia o liberalismo econômico. Entretanto, propõe alterações aos pensamentos elaborados por seus precursores mercantilistas e fisiocratas.

Os clássicos defendiam a concorrência como uma ideia central do modelo. O mercado em que vigora esse sistema funciona de maneira espontânea, garantindo a alocação mais eficiente dos recursos e da produção, sem que haja lucros em demasia e que isso seja reinvestido e não apropriado. Por essa razão, o único papel econômico do governo (além do básico, que é garantir a lei e a ordem) é a intervenção na economia quando o mercado não existe ou quando deixa de funcionar em condições satisfatórias, ou seja, quando não há livre concorrência. Segundo a teoria clássica, na economia concorrencial, a oferta de cada bem e de cada fator de produção tende sempre a igualar a procura.

Os economistas desta corrente eram predominantemente da escola inglesa, podemos destacar como pensadores clássicos o escocês Adam Smith, David Ricardo, Robert Malthus, entre outros.

ADAM SMITH

Filho de um fiscal da alfândega, Adam Smith começou o estudo em economia em Kirkcaldy, sua cidade natal e, aos 14 anos, ingressou na universidade de Glasgow, onde se graduou em 1740. Smith também adquiriu conhecimentos de filosofia na famosa universidade de Oxford, Inglaterra.

Em 1767, Adam Smith iniciou a elaboração daquela que viria a ser sua obra mais famosa, “A Riqueza das Nações” publicada em 1776, com ela, lançou as bases para a formação do liberalismo, a teoria da livre concorrência e o conceito do livre mercado. Smith morreu no ano de 1790, sua obra é discutida e estudada pelos economistas do mundo todo. Essa obra trata a Teoria Econômica de forma sistematizada, cria um modelo

abstrato totalmente coerente com a realidade econômica da época. Smith elaborou teorias nunca antes descritas pelos pensadores como: a teoria do valor, do lucro, entre outras alterações; esse autor modelava ligações entre as classes sociais, o sistema de produção, o comércio, a circulação de moeda, a distribuição da riqueza, entre outros.

Adam Smith concordava em muitos aspectos com os ideais fisiocratas, mas discordava com o conceito de riqueza originada somente pelo setor agrícola. Ele acreditava que a natureza não é a única responsável pela produtividade, já que outros instrumentos como tratores, ferramentas agrícolas, fertilizantes e a própria genética também podem ajudar no desenvolvimento das colheitas. Para os clássicos, esses instrumentos eram denominados de fatores tecnológicos, os quais não foram objeto de estudo dos fisiocratas. Além disso, existia outra discordância entre fisiocratas e clássicos, para estes, não só a agricultura, mas também a indústria era criadora da riqueza.

Os clássicos preocupavam-se com o crescimento econômico a longo prazo (devido ao acúmulo de capital); com o destino do excedente produzido e pelo modo de como esse excedente era distribuído entre as classes sociais, pois uma má distribuição poderia afetar o crescimento econômico. Smith, por exemplo,



Foto 2: Adam Smith – economista e filósofo escocês (1723-1790)

<https://bit.ly/2rKSo8u>

preocupava-se com o nível de vida das pessoas.

Os pensamentos abordados por Adam Smith serviram como base de estudo para dois economistas importantes do pensamento histórico econômico: Thomas Robert Malthus e David Ricardo. Vamos conhecê-los!

Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Thomas_Malthus.jpg



Foto 3: Tomas Malthus – economista britânico (1766-1834)

ROBERT MALTHUS

Thomas Robert Malthus foi um economista britânico, filho de um culto e rico proprietário de terras, estudou em um conceituado colégio de Cambridge, Inglaterra, a partir de 1784. Em 1799 iniciou uma longa viagem de estudos pela Europa.

VOCÊ SABIA?

“Malthus viveu em uma época tumultuada, de intensos conflitos de classes e suas obras refletem sua posição com relação a esses conflitos. Primeiro a Revolução Industrial que só foi possível com sacrifícios e sofrimentos principalmente da classe operária. Em segundo, em fins do século XVIII e início do século XIX, a antiga classe de proprietários das terras, que tinha o controle do parlamento inglês, travou um intenso conflito com a nova classe capitalista industrial, pelo controle do parlamento e pela decisão por uma economia agrícola ou baseada em uma produção industrial” – História do Pensamento Econômico, E. K. Hunt, Editora Campus.

A Teoria malthusiana baseia-se no Princípio da Escassez, ou seja, a população tende a crescer mais rapidamente que a produção de alimentos, o que torna o conceito de escassez determinante para a manutenção do equilíbrio da Economia. Dentro desse conceito, existiam dois grandes obstáculos para o desenvolvimento econômico da época: os **obstáculos primitivos** e os **obstáculos preventivos**.

No primeiro caso, guerra, epidemia, fome e desnutrição aumentavam a taxa de mortalidade; no segundo, a difusão de práticas anticoncepcionais visava à redução da taxa de crescimento populacional, que freava o desenvolvimento econômico da época.

Portanto, para o modelo malthusiano, o nível de atividade econômica depende da demanda efetiva, ou seja, para ele, a humanidade não consumiria exatamente o que produzia, o desequilíbrio é inevitável devido ao crescimento da população ser superior à produção dos alimentos. Foi um economista clássico que recomendava a intervenção do estado, com o intuito de reduzir as taxas de desemprego na Europa.

Malthus suscitou muitas controvérsias em seus pensamentos econômicos, mas trouxe contribuições relevantes, como o incentivo da produção para acompanhar o crescimento populacional, que deve ser ordenado de modo a não trazer um desequilíbrio nas taxas de emprego e do nível de vida da população.

DAVID RICARDO

David Ricardo foi um dos principais pensadores clássicos de sua época. Nascido na cidade de Londres, em 1772, é considerado seguidor dos pensamentos de Adam Smith. Suas principais obras seguem linhas de pensamentos evoluídas para sua época, tais como: teoria dos lucros, política monetária, teoria do valor, comércio internacional, teoria da renda fundiária e distribuição. É importante destacar que muitos desses temas ainda são objetos de discussão nos dias de hoje.

Ricardo viveu na mesma época de turbulência e de inquietação social que viveu Malthus, inclusive aceitando a teoria malthusiana quanto à natureza e causas da pobreza dos trabalhadores, mas em algumas questões teóricas, suas ideias econômicas diferiam das de Malthus.

O ponto de partida do pensamento de Ricardo foi a conceituação de valor e riqueza, para ele, a riqueza constituía-se na soma da quantidade de bens que a pessoa possuía, bens denominados por Ricardo como necessários, úteis e agradáveis. Valor difere da riqueza, pois não depende da abundância, mas da dificuldade ou facilidade de produção do bem, ou seja, era medido pela quantidade de trabalho suficiente para a produção de um bem.



Foto 4: David Ricardo – filósofo e economista inglês (1772-1823)

Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:David_ricardo.jpg

Ricardo centrou suas ideias na taxa de lucros condicionada ao comportamento das atividades agrícolas, enfocando os conflitos distributivos, separa o capital agrário do industrial, incentiva a importação de cereais, que estava proibida na época, a livre concorrência e o barateamento da força de trabalho. Evolui para um pensamento das análises comparativas movida pela extensão do comércio internacional de mercadorias. Foi reconhecido como um dos principais pensadores econômicos, com ideias consideradas atuais para sua época.

Neste tópico, estudamos a Escola Clássica e os pensadores seguidores dessa corrente: Adam Smith, David Ricardo, Robert Malthus. No próximo tópico, conheceremos a obra do economista alemão Karl Marx.

TÓPICO 4

O pensamento marxista

OBJETIVO

- Conhecer a importância da obra do economista Karl Marx na economia capitalista

Neste tópico, conheceremos um pouco mais sobre a obra de Karl Marx, economista alemão (1818 – 1883) que deu uma grande importância às análises econômicas, sociais, políticas e às relações entre o homem e sua inserção no modelo econômico capitalista como um todo.

CARL MARX

Marx, em sua obra intitulada “O Capital”, aborda a questão do trabalho como essencial para a sociedade e é dessa relação **homem versus trabalho** que se forma o lucro no sistema capitalista.

Primeiramente, Marx descreve a distinção entre trabalho e força de trabalho. Na verdade, o trabalhador vende ao capitalista ou proprietário dos meios de produção não o seu trabalho em si, mas a sua força de trabalho. A partir desse princípio, a força de trabalho é tratada como uma mercadoria qualquer, que é devidamente vendida para o patrão.

O valor pago ao trabalhador é controlado pelo capitalista e ele paga apenas o necessário para a sobrevivência do empregado. Portanto, segundo Marx, não era pago ao trabalhador o equivalente ao total produzido por ele em uma determinada quantidade de tempo. Essa “diferença” entre o real valor produzido e

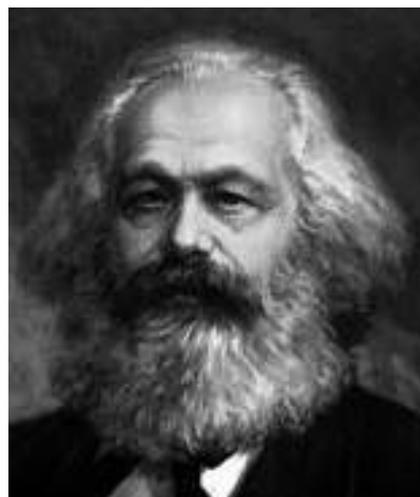


Foto 5: Karl Marx – Economista e filósofo alemão (1818-1883)

Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Marx_color2.jpg

o efetivamente pago pela força de trabalho, que era apropriada pelo capitalista, foi denominada de mais valia pelo pensamento marxista.

Nascia, então, uma luta de classes, ou seja, para que os capitalistas aumentassem seus ganhos ou lucros, seria necessário o aumento da produção e o pagamento de um salário de subsistência, portanto, havia uma exploração da força de trabalho, que caminhava para uma revolução social.

Na continuidade de suas teorias, Marx chega à conclusão de que trabalho era a essência de todo valor, chocando com as ideias classistas de que forças naturais equilibram a oferta e a procura do mercado. No contexto marxista, existia um valor de uso, que era definido como “*as características físicas particulares de uma mercadoria, que tinham utilidade para as pessoas*” (HUNT, P. 222). Isso seria a serventia de um bem e um valor de troca, que era a qualidade que faz de um bem equivalente a outro para ser trocado.

Dentro dessa definição, os bens poderiam ter diferentes valores de uso, mas o mesmo valor de troca para serem efetivamente trocados. Para definirmos tal igualdade, seria necessário medirmos a quantidade de trabalho incorporada às mercadorias através do tempo de produção das mesmas, ou seja, era o trabalho socialmente necessário para sua produção.

Na teoria de Marx, vimos uma discordância com as leis clássicas de “ajustes naturais” da oferta e da procura. Para ele, o mercado gira em torno da quantidade produzida. Portanto, se o preço de venda ficar abaixo do preço de custo, o produtor não sobrevive no mercado, se o preço de venda excede o custo de produção, os lucros aumentam, o que atrai a concorrência, e pode levar a uma superprodução, fazendo com que os preços caiam. Sob essa perspectiva, a produção determina o equilíbrio e o desajuste do mercado.

Marx descobriu, ainda, que o objetivo do capitalista era conseguir a mais-valia do trabalhador através da exploração da mão de obra e aumentá-la através de uma maior produção. Sem a diferença entre o valor de troca do trabalho – salário de subsistência - e o seu valor de uso (resultado final, fruto de seu trabalho), o capitalista não teria nenhum interesse em comprar a mão de obra, pois sua mercadoria não teria preços competitivos no mercado.

Chegamos ao final deste tópico e vimos que a fase científica pode ser dividida em Fisiocracia, Escola Clássica e Pensamento Marxista. A primeira pregava a existência de uma “ordem natural”, onde o Estado não deveria intervir (*laissez-faire, laissez-passer*) nas relações econômicas. Os doutrinadores clássicos acreditavam que

o Estado deveria intervir para equilibrar o mercado (oferta e demanda), através do ajuste de preços (“mão-invisível”). Já o marxismo criticava a “ordem natural” e a “harmonia de interesses” (defendida pelos clássicos), afirmando que tanto um como outro resultavam na concentração de renda e na exploração do trabalho.

No próximo tópico, estudaremos a escola neoclássica e seus principais influenciadores, que deram grandes contribuições ao pensamento neoclássico.

TÓPICO 5

A escola neoclássica e a revolução keynesiana

OBJETIVOS

- Conhecer as contribuições da Escola Neoclássica para as teorias microeconômicas
- Estudar a Revolução Keynesiana na teoria econômica

Nos tópicos anteriores, conhecemos a influência de vários pensadores, estudiosos e economistas na evolução do pensamento econômico. Neste tópico, estudaremos a escola Neoclássica, que surgiu no final do século XIX e tem como principais nomes Carl Menger (1840-1921), o inglês William Stanley Jevons (1835-1882) e o francês Léon Walras (1834-1910). Entretanto, na segunda metade do século XIX, destacamos o inglês Alfred Marshall (1842-1924), que deu importantes contribuições ao pensamento neoclássico, com destaque para as teorias microeconômicas.

A ESCOLA NEOCLÁSSICA

Os neoclássicos defendiam que o valor de um produto é uma grandeza subjetiva e relaciona-se com a utilidade que esse produto tem para quem o consume. Essa utilidade, por sua vez, está diretamente ligada à quantidade que o indivíduo dispõe, nos desertos, por exemplo, a água é um produto valioso, ao passo que, em regiões chuvosas, o valor cai consideravelmente. Portanto, para os neoclássicos, o preço das mercadorias e dos serviços passa a ser definido pelo equilíbrio entre a oferta e a procura, essa lei do mercado conduz à estabilidade econômica.

Dessa forma, os neoclássicos baseiam seus estudos exatamente no conceito de escassez e acréscimos marginais, sendo que os bens econômicos terão maior valor devido à sua escassez. Eles demonstram que a utilidade diminui à medida que aumenta a quantidade consumida.

Podemos explicitar essa teoria com o exemplo do copo d'água. Suponha que estamos em um deserto com muita sede, o primeiro copo d'água é de muita utilidade e valor, o segundo terá maior valor que o terceiro e menos que o primeiro e assim sucessivamente. Com os outros copos perdendo sua utilidade, à medida que a água vai sendo consumida, cada quantidade de água bebida trará uma satisfação adicional chamada "marginal", que vai caindo à proporção que a água vai sendo ingerida em determinado momento de tempo considerado.

Os neoclássicos, principalmente através de Alfred Marshall, trouxeram grandes contribuições ao pensamento econômico. Dotados de uma linguagem fácil e acessível, não romperam com a escola clássica, pelo contrário, estudaram os clássicos e acrescentaram teorias que enriqueceram o estudo econômico.

A obra de Marshall, por exemplo, diferencia-se dos clássicos em algumas teorias por ele defendidas, tais como: a preocupação com a quantidade demandada em relação às variações de preços, preços relativos, lucros, oferta e procura; a inexistência de acumulação de capital. Quanto ao setor de serviços, ele também é produtivo para Marshall; para os clássicos, apenas os bens tangíveis geram valor.

A REVOLUÇÃO KEYNESIANA

John Maynard Keynes nasceu em Cambridge, na Inglaterra, sua obra surgiu em um período de grande recessão com alto desemprego de mão de obra e dos fatores de produção. Para muitos, a obra de Keynes apresentou uma revolução na teoria econômica e, com a intervenção do Estado na economia (teoria defendida pelo economista), também houve uma revolução na política econômica.

Keynes destaca dois problemas que desequilibram a economia: o desemprego e a má distribuição de renda. Para ele, seria de fundamental importância determinar os fatores responsáveis pelo emprego para que haja equilíbrio no sistema econômico.

Em sua teoria, Keynes destaca que o nível de emprego é determinado pelo nível de produção, este é determinado pela demanda efetiva, esta, por sua vez, é determinada por vários componentes, são eles: bens de consumo (C) e bens de investimentos (I), sendo que o



Foto 6: Filas de desempregados durante a Grande Depressão, 1929..

consumo é em função da renda (Y), ou seja, $C=f(Y)$. O investimento (I) vai depender da expectativa dos empresários quanto aos futuros lucros (E) e também da taxa de juros (i), ou seja, $I=f(E,i)$. Portanto, $Y = C + I$, esse modelo se aplica em uma economia sem comércio exterior e sem governo (suposição para simplificar o modelo).

Vale ressaltar que a renda é determinada pelos gastos em consumos e em investimentos. Como o consumo é estável, o nível de renda passa a ser determinado pelo investimento, portanto, investimento é a chave para se compreender a instabilidade do sistema capitalista como um todo.

Keynes defende em seu modelo que, se o desemprego é provocado por deficiência de demanda, a baixa no salário dos trabalhadores desestimularia o consumo, diminuindo a propensão a investir e até mesmo o nível de produção, portanto não seria interessante para o modelo.

Para Keynes, não existia força de autoajuste na economia como defendiam os clássicos, mas sim uma combinação de investimento e consumo, que levaria a demanda a igualar-se à oferta no pleno emprego.

O autor considerou, ainda, que toda população consome uma parte e poupa a outra parte da renda. Assim, um trabalhador que ganha R\$ 1.000,00 (hum mil reais) e consome R\$ 700,00 (setecentos reais), poupa R\$ 300,00 (trezentos reais). Nesse caso, sua Propensão Marginal a Consumir ($PMaC$) seria 0,7 e sua Propensão Marginal a Poupar seria ($PMaP$) 0,3. Portanto, a soma da $PMaC$ e $PMaP$ deve corresponder a 1. Segundo Keynes, quanto mais pobre a sociedade, maior será sua propensão marginal a consumir, se a nação for rica e desenvolvida, significa que ela tem uma propensão a poupar mais, gastando menos com consumo.

É importante salientar que não é interessante para a economia apenas poupança, ou seja, se todas as pessoas resolvessem poupar, haveria uma redução nos níveis de investimento e, conseqüentemente, da renda nacional. Nesse sentido, o consumo é também importante no modelo keynesiano.

Outra ideia relevante defendida por Keynes é o conceito multiplicador de emprego, que consiste na abertura de vagas de trabalho em um determinado setor. Na perspectiva de tal conceito, o salário recebido pelos trabalhadores será gasto com bens de consumo; em vista disso, mais pessoas serão contratadas para suprir essa demanda e, assim, sucessivamente. Isso gera mais mão de obra e elimina o desemprego e a capacidade ociosa.

O modelo keynesiano influenciou a política econômica de muitos países

capitalistas que buscavam o pleno emprego e visavam sempre o bem estar da população. “Com o passar do tempo, a economia começou a apresentar problemas de dívidas interna e externa, desemprego, inflação e de dificuldades de crescimento econômico” (LAJE, 2009, p. 34).

Bom pessoal, chegamos ao final dessa aula. Em nossa próxima aula, estudaremos os conceitos considerados fundamentais, como o conceito de produção, escassez e necessidade, e o conceito denominado Fronteira de Possibilidade de Produção (FPP), entre outros.

Bons estudos!



ATIVIDADES DE APROFUNDAMENTO

1. Por que a economia pode ser considerada uma ciência social e qual seu objetivo como ciências econômicas?
2. Descreva as principais características do mercantilismo e dos fisiocratas como doutrinas econômicas.
3. Quais os principais pontos de discordância entre a Teoria Clássica e as ideias defendidas pelos Fisiocratas?
4. Descreva o princípio da escassez defendido por Malthus.
5. Segundo o pensamento marxista, o que significa mais valia e qual era o objetivo do capitalista dentro do sistema?
6. Keynes viveu em uma época de crise econômica com elevados níveis de desemprego, como a economia poderia reagir, segundo a teoria keynesiana, para que os níveis de emprego fossem elevados?

AULA 2

Introdução aos problemas e sistemas econômicos

Agora estudaremos os problemas considerados fundamentais para a teoria econômica. Primeiro, definiremos quatro perguntas básicas, a partir delas, entenderemos melhor o conceito de produção, para quem ela se destina e em que quantidade e a forma que devemos produzir para alcançar o equilíbrio econômico.

Conceitos como escassez e necessidade, bens e serviços serão introduzidos e também analisaremos as formas de sistemas econômicos adotadas.

Ainda nesta aula, simularemos um exemplo para acompanhamento do gráfico de um famoso conceito econômico denominado de Fronteira de Possibilidade de Produção (FPP); veremos como esse conceito pode ser adequado e interpretado dentro da área turística.

Para a elaboração desta aula, tomamos como base o livro “Introdução à Economia”, do ROSSETTI (2007), aproveito para indicar, também, a leitura dessa obra caso você queira aprofundar os seus conhecimentos nesse assunto, vale à pena conferir!

Objetivos

- Conhecer os problemas econômicos fundamentais
- Discutir sobre escassez e necessidade na economia
- Analisar os problemas econômicos e a classificação dos bens
- Conhecer os sistemas econômicos e a curva de fronteira de possibilidade de produção
- Analisar os conceitos de microeconomia e discutir a demanda
- Discutir a oferta e o ponto de equilíbrio

TÓPICO 1

Os problemas econômicos fundamentais

OBJETIVOS

- Conhecer os problemas econômicos fundamentais e a classificação dos bens
- Estudar a escassez e a necessidade na economia

É possível observar que, como as necessidades humanas são ilimitadas e os recursos econômicos não, a economia deve realizar opções entre os bens ou serviços a serem produzidos, as quantidades colocadas à disposição dos consumidores, os processos técnicos a serem utilizados e a quem se destinará a produção.

Essas “escolhas”, opções, que existem na economia, são conhecidas como problemas econômicos fundamentais que consistem em: o que produzir? Quanto produzir? Como produzir? Para quem produzir? As respostas para tais questionamentos serão estudadas neste tópico.

1.1 OS PROBLEMAS ECONÔMICOS FUNDAMENTAIS

O QUE PRODUZIR?

Quais produtos deverão ser produzidos e colocados à disposição dos consumidores?

Em determinados períodos de tempo, as pessoas experimentam mudanças de costumes e hábitos; nesse processo, podemos considerar, ainda, a adesão por modismos, que também é muito forte entre os consumidores. É importante pontuar as modernizações tecnológicas, que permitem a produção de novos tipos de bens, criando necessidades ainda não existentes. Há ainda, os acontecimentos conjunturais, como menor ou maior oferta de um produto ou de variações em seu preço. Todos esses fatores levam a alterações nas necessidades de consumo, o que torna necessário o acompanhamento das tendências e o planejamento do objeto a ser produzido.

Claro que o empresário, além da expectativa de obter lucro, depende do conhecimento que ele tem do mercado que deve atuar, do acesso a uma tecnologia, ou mesmo da tradição familiar no negócio. Portanto, não se trata de uma decisão aleatória, são considerados diversos fatores determinantes na escolha. Além desses aspectos, é levada em consideração, também, a política econômica favorável no estado em que o capitalista vive.

O QUANTO PRODUZIR?

Em que quantidade os bens deverão ser produzidos?

Está intrinsecamente ligado ao fator do que produzir. Também sofre mudanças com o aumento do número da população a ser atendida, com a estratificação dos grupos de consumo, com a modernização que permite os ganhos de escala, etc.

A quantidade a ser atendida pelo produto é determinante para que o produtor maximize o seu lucro, evite os desperdícios e atenda satisfatoriamente a demanda.

COMO PRODUZIR?

Por quem serão produzidos, com quais recursos e utilizando que processo técnico?

Os bens e os serviços são produzidos utilizando recursos produtivos denominados fatores de produção (recursos naturais, capital, trabalho, a capacidade empresarial e tecnológica também são consideradas). Cada um desses fatores é remunerado de maneira diferente e as diferentes combinações de fatores devem ser consideradas para a decisão de como produzir.

O conhecimento tecnológico, por exemplo, é um fator fundamental na decisão de como produzir, pois ele pode ser comprado de outros países em forma de *royalties* (direito à tecnologia oriunda de outro país), ou a empresa pode investir mais em pesquisa e desenvolvimento (P&D). Países considerados menos desenvolvidos investem menos em P&D por insuficiência de recursos financeiros ou mesmo técnicos, preferindo importar técnicas já utilizadas por outras nações.

Na decisão da produção, é importante, o preço dos recursos aplicados, ou seja, se a mão de obra for barata e o custo do capital alto, as empresas tenderão a optar por mais trabalho e menos capital. Nesse caso, o processo de produção será mais manual e menos mecanizado, serão utilizadas técnicas de trabalho intensivo. Nos países desenvolvidos, por exemplo, ocorre que o salário dos trabalhadores será mais elevado, portanto, as empresas optam pela mecanização do processo produtivo.

Nos países desenvolvidos, emprega-se alta aplicação do capital e conseqüente mecanização, utiliza-se técnicas de capital intensivo. A mecanização ou robotização

já é uma realidade em países em desenvolvimento como o Brasil. Indústrias como a automobilística, por exemplo, é bastante mecanizada em seu processo produtivo para ter competitividade no mercado internacional e garantir sua redução de custos no processo.

PARA QUEM PRODUZIR?

A quem se destina a produção?

O destino da produção está diretamente ligado ao fator da renda. Isso é decidido pelo empresário, que sempre vislumbra a maximização dos seus lucros, pois é ele quem escolhe qual camada da sociedade quer atingir. Na decisão do seu público-alvo, como uma empresa de sapatos, por exemplo, ele define se quer destinar sua produção para um público mais humilde, com sapatos mais baratos, produzindo em larga escala, ou destinar a classe A, com produtos caros e exclusivos.

Claro que essa decisão do público-alvo depende da disponibilidade dos recursos produtivos e da tecnologia aplicada.

1.2 ESCASSEZ E NECESSIDADE NA ECONOMIA

O objetivo das Ciências Econômicas é o estudo da escassez de produtos e serviços e dos problemas dela decorrente, ao mesmo tempo, tenta sanar as necessidades humanas, que são ilimitadas.

Nesse processo (escassez de bens e necessidades do consumidor), o indivíduo busca satisfazer suas necessidades básicas ou mesmo biológicas, para isso, existe uma produção contínua de bens para a satisfação desses desejos do ser humano. Satisfeitas as necessidades básicas e com a perspectiva de elevação do padrão de vida e constante evolução tecnológica, surgem novas necessidades, como uma roupa melhor, uma viagem mais cara, um carro mais confortável, etc. Isso demonstra o fato de que as necessidades humanas são ilimitadas.

A escassez dos produtos surge, então, por essas necessidades ilimitadas e os recursos econômicos, incluindo os bens, são limitados. Destaca-se que essa escassez é denominada relativa justamente pelo fato de ser diferenciada entre distintos países, pois a necessidade é também diferenciada em cada nação. Por exemplo, em um país menos desenvolvido, há escassez de produtos de primeira necessidade, como alimentos, vestuário, habitação, etc. Já em países desenvolvidos, os bens de luxo é que são escassos, portanto as necessidades básicas estão satisfeitas e as secundárias, como fazer uma viagem internacional, ter um carro de luxo, entre outras, ainda não.

Neste tópico, estudamos as principais perguntas que norteiam os problemas econômicos fundamentais, bem como os aspectos da escassez dos recursos diante das necessidades surgidas na economia. Agora vamos ao próximo tópico, nele, estudaremos os bens e serviços.

TÓPICO 2

Bens e serviços

OBJETIVOS

- Discutir os conceitos de bens e serviços
- Classificar os bens econômicos

No tópico anterior, estudamos os problemas fundamentais que norteiam a economia, conhecemos, ainda, a relação entre escassez e a necessidade na economia. Neste tópico, continuaremos nossos estudos discutindo bens e serviços.

Bem é algo que, quando consumido ou utilizado, satisfaz uma necessidade sentida pelo indivíduo. Sempre que esses bens existem na Natureza, em quantidade ilimitada ou pelo menos superior à quantidade necessária para satisfazer as necessidades existentes (ar que respiramos ou luz do Sol), são denominados **Bens Livres**.

Entretanto, a maioria dos bens existe em quantidade limitada ou insuficiente para satisfazer todas as necessidades humanas, esses são bens **escassos ou econômicos**. Eles são tangíveis, oriundos de atividades primárias (provenientes da agricultura) ou secundárias (atividades industriais).

Os serviços são provenientes de atividades terciárias de produção, não são materiais, mas são derivadas do trabalho humano para a satisfação de suas necessidades, por exemplo, dentista, vendedores, agentes de turismo, etc.

1. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS ECONÔMICOS

Bens duráveis ou duradouros: quando podem ser utilizados mais do que uma vez, permitindo o uso prolongado como carro, geladeira, casa, fogão, etc.; e bens não duráveis ou não duradouros, que são aqueles que apenas podem ser utilizados uma vez tais como os alimentos, combustíveis, serviços, etc.

- Quanto à sua função: **Bens Intermediários** são os bens que passam por transformação para tornarem-se bens de consumo ou capital, constituem-se nas matérias-primas ou nos equipamentos, são bens capazes de produzir outros bens que atendem as necessidades finais, nos serviços também existem os intermediários que dão suporte para as atividades de produção; os **Bens Finais** são bens destinados ao consumo direto, dentre podemos citar os alimentos, calçado, medicamentos, etc.
- Quanto às suas relações podemos ter: **Bens Substitutos e Suplementares**: Quando é possível a sua substituição para satisfação da mesma necessidade (exemplo de águas de marcas diferentes, gasolina ou álcool em carro flex); e **Bens Complementares**, quando a satisfação da necessidade só é atingida quando se consumidos dois bens em simultâneo (exemplo do carro e a gasolina).
- Quanto a sua natureza: **Bens de Consumo**: utilizados para a satisfação das necessidades humanas. Podem ser de uso não-durável ou de uso durável. **Bens de Capital (ou Bens de Produção)** não atendem às necessidades humanas diretamente, são aqueles que permitem produzir outros bens. Dentre eles podemos citar as máquinas, equipamentos de infra-estrutura, ferramenta, etc. Bens de Consumo e Bens de Capital são classificados como Bens Finais, pois já passaram por todos os processos de transformação.
- Quanto ao Uso: **Bens Privados** são produzidos e possuídos privadamente. Como exemplo, temos os automóveis, geladeiras etc. e os **Bens Públicos** que são os bens fornecidos pelo setor público, como a educação, segurança, transporte coletivo, etc.

2. RECURSOS PRODUTIVOS

São também denominados de fatores de produção de uma nação, vale ressaltar que qualquer uma dispõe de algum tipo de recurso, seja ela desenvolvida ou não. Os recursos produtivos são os elementos utilizados no processo de fabricação das mercadorias, que serão utilizadas na satisfação de nossas necessidades; esses elementos podem ser de origem natural, humana, bens capital, tecnológica e empresarial. “Os recursos produtivos devem ser utilizados da forma mais racional e eficiente possível, para evitar desperdício e ociosidade, no turismo, essa ociosidade pode ser exemplificada no apartamento de hotel não ocupado, no acento vago de

um ônibus de turismo ao avião, na mesa desocupada de um restaurante, etc.”
(FERNANDES, COELHO p. 52)

Para melhor esclarecer esse assunto, a seguir, trataremos de cada um dos recursos produtivos em particular. Confira!

Terra (recursos naturais) - Inclui não apenas o solo propriamente dito disponível para a agricultura, mas outros recursos naturais existentes, florestas, recursos minerais, recursos hídricos, fauna, clima, entre outros.

Trabalho - É a parcela da população economicamente ativa, é todo o esforço humano, físico ou mental, despendido na produção de bens e serviços.

Capital (bens de capital) - É o conjunto de riquezas fabricadas pela sociedade e que se destina à fabricação de bens de consumo. O capital inclui máquinas, equipamentos, ferramentas de trabalho, edifícios e todos os estoques de materiais dos produtores, incluindo bens parcialmente ou completamente acabados. O fator capital é utilizado na formação da riqueza de um país e é de extrema importância no processo de fabricação dos bens de consumo.

Tecnologia - Esse fator é definido como o conjunto de habilidades e conhecimentos que sustentam o processo de produção. A tecnologia é uma ferramenta de grande importância para que o processo produtivo tenha obtenção de lucro e seja competitivo.

Capacidade empresarial - São as decisões tomadas no processo de produção. O empresário deve ter capacidade organizacional, visão estratégica, competitividade. Exerce função fundamental, pois decide o rumo que empresa toma dentro do processo.

No próximo tópico, continuaremos nossos estudos, conheceremos os elementos básicos em que o sistema econômico é dividido. Até lá!

TÓPICO 3

Sistemas econômicos e curva FPP

OBJETIVOS

- Conhecer os três elementos em que o sistema econômico é dividido
- Compreender os conceitos ligados à Curva FPP
- Conhecer as três formas de organização institucional econômica

Neste tópico, compreenderemos o sistema econômico e como ele está ligado às formas políticas, sociais e econômicas de uma sociedade. Conheceremos, ainda, alguns conceitos ligados à Curva FPP (Fronteiras das Possibilidades de Produção). Vamos lá, então!

Um sistema econômico representa a forma política, social e econômica de como se organiza uma sociedade. Do ponto de vista econômico, é a maneira de se organizar a produção, a distribuição e o consumo de todos os bens e serviços produzidos, em busca de um melhor padrão de vida e do bem-estar do indivíduo.

Esse sistema econômico é dividido em três elementos básicos, que nós especificamos a seguir. Vejamos!

Estoque de fatores de produção - Constituem-se a base da atividade econômica, tais como as reservas naturais, os recursos humanos, o capital, a capacidade tecnológica e a capacidade empresarial.

Agentes econômicos - São divididas em famílias, que são as proprietárias dos fatores de produção que fornecem às unidades produtoras através do mercado de bens de produção, as empresas que produzem bens e serviços e fornecem às famílias no mercado de bens de produção e, o governo que interagem com as unidades familiares e empresas e são produtores de bens e serviços públicos.

Instituições - São os complexos de instituições jurídicas que disciplinam os direitos e os deveres do sistema, as políticas que definem as esferas e as competências dos agentes econômicos e sociais, que estabelecem as regras de conduta e valores de referência para a sociedade.

Esses três agentes econômicos estão sempre interagindo entre eles ininterruptamente, as razões dessas interações são a diversidade das necessidades humanas. Agora vamos conhecer as três formas de organização institucional econômica que têm a finalidade de dar eficiência econômica.

3.1 ORGANIZAÇÕES ECONÔMICAS

Há três formas de organização institucional econômica, que objetivam a eficiência econômica, a alocação dos recursos com eficácia e uma melhor distribuição do resultado do esforço social de produção. A seguir, confira cada uma delas em particular.

1. ECONOMIA DE MERCADO (DESCENTRALIZADA OU CAPITALISTA)

É fundamentada na liberdade de ação dos agentes econômicos, ou seja, pela livre iniciativa. Nessa organização, esses agentes gozam de ampla liberdade, quanto à destinação de seus recursos e quanto à escolha dos bens e serviços que serão ofertados.

Os agentes econômicos interagem entre si, prevalecendo as forças da competição entre eles, sendo que a coordenação e alocação dos recursos são atribuídas à livre manifestação das forças de mercado.

Nesse tipo de economia, os economistas do século XVIII acreditavam na “Mão Invisível”, que regulava o mercado sem interferência externa (fora do mercado), contribuindo para o bom funcionamento do sistema econômico.

2. ECONOMIA PLANIFICADA (SOCIALISTA)

No caso da economia planificada ou socialista, os agentes econômicos não são regulados pela Mão Invisível de mercado. Nessa organização econômica, o órgão central de planejamento define a alocação de fatores de produção com vista à satisfação da necessidade e exerce autoridade no comando, com o poder de controlar a economia.

Historicamente, acompanhamos várias formas de ampla intervenção da autoridade pública, desde a idade média, passando pelo feudalismo, chegando até os socialistas do século XIX. O sistema socialista propunha a



ATENÇÃO!

Na economia Planificada, há restrições quanto à liberdade dos agentes econômicos e submissão do interesse individual ao interesse social. Com relação ao mercado, este está sob o poder regulatório da autoridade pública.

implantação de um novo ordenamento objetivado o benefício social em detrimento dos interesses individuais.

Os socialistas acreditavam que a centralização das decisões manteria a eficiência produtiva e a produção seria mais eficaz, pois evitaria a superprodução e os desperdícios indesejáveis. Por fim, a propriedade coletiva dos meios de produção acarretaria numa repartição mais justa e igualitária entre os agentes econômicos.

Hoje vemos essa forma de organização econômica em sua forma mais atuante em países como Cuba e China, apesar de que, neste último, existe uma abertura maior aos mercados internacionais.

3. ECONOMIA MISTA

No sistema de economia mista, há restrições à plena liberdade. As escolhas sociais se originam de determinações da central de comando ou do próprio mercado, dependendo das determinações políticas existentes no sistema. Trata-se de posição intermediária entre o liberalismo de mercado e o socialismo revolucionário.

Dadas as inúmeras formas de economia mista, suas práticas não são definidas com precisão, mas o sistema prevalece na maior parte das nações.



ATENÇÃO!

Na economia Mista, há restrições seletivas à liberdade dos agentes econômicos, que são incentivados a realizar a satisfação das necessidades coletivas sociais. O locus do processo decisório, assim como na economia descentralizada, é o mercado, porém a autoridade pública atua com poder regulatório.

CURVA FPP

Antes de apresentarmos o modelo das Curvas (ou Fronteiras) das Possibilidades de Produção, que é utilizado para comparar a capacidade que uma nação tem de produzir dois bens, dados os fatores de produção e a tecnologia disponível naquele país, vamos apresentar alguns conceitos para o melhor entendimento do assunto.

1. Pleno emprego - Engloba todos os fatores de produção, não apenas o trabalho. Parte do pressuposto de que é preciso manter ocupada toda a população economicamente ativa, utilizando os bens de capital disponíveis plenamente e operar os processos produtivos seguindo padrões tecnológicos

elevados.

2. Eficiência produtiva - Operar em pleno emprego.

3. Limite máximo de eficiência - Operando em pleno emprego, esse limite é alcançado quando não existe mais capacidade ociosa a ser aproveitada, Quando

o limite máximo de eficiência é alcançado, ao acrescentarmos uma unidade de produção de determinado bem ou serviço, implicará em reduções na produção do outro bem.

4. Expansão das fronteiras de produção - Apresentam acréscimos dos fatores de produção trabalho, terra, capital ou desenvolvimento de tecnologias mais avançadas, que permite um acréscimo da produção com menos recursos disponíveis.

5. Possibilidades de produção - Existem várias combinações de diferentes categorias de bens e serviços, essas combinações são frutos de decisões dos governantes ou resultantes da livre atuação das empresas e famílias.

Feitos os esclarecimentos, destaca-se que, embora as possibilidades sejam múltiplas, há sempre limites determinados pela curva de produção, esses limites são representados pelos recursos, que dada sua escassez, não é possível produzir quantidades infinitas de bens.

A ideia da Fronteira de Possibilidades baseia-se no conceito de renda limitada; se um produtor pode escolher entre produzir bermudas ou bonés, por exemplo, ele terá que escolher qual parte de recursos vai para bermudas e qual parte será destinada à produção de bonés. Quando ele atinge o limite de produção de bermudas, não produz bonés e vice-versa. Nesse caso, será produzido apenas um produto, com a economia operando em pleno emprego.

Portanto, não há como aumentar a produção se qualquer um dos bens, sem sacrificar a produção do outro bem, significando que qualquer combinação envolve o custo de oportunidade.

A mesma decisão quanto à escolha podemos perceber no governo; com o orçamento limitado, as câmaras locais podem decidir entre construir uma escola ou empregar o dinheiro na construção de uma praça pública.

Custo de Oportunidade é resultante do processo de escolha, que é inevitável diante da escassez dos recursos, e claro, como qualquer escolha pode significar perdas. Eu posso escolher, por exemplo, comprar um pacote de viagem para conhecer o nordeste em detrimento de trocar o carro por um mais novo. Esse foi o meu custo de oportunidade, tendo em vista que meus recursos estavam escassos naquele período de tempo; essas alternativas de escolhas valem também para as empresas e para o governo.

A seguir, no quadro 1, podemos visualizar o modelo que estudaremos. Por meio dele, vemos que, para diferentes combinações dos bens produzidos, no

caso bermudas e bonés, as possibilidades máximas de produção da economia, em milhões de unidades/ano. Considerando 6 alternativas de A a F, sendo a primeira A e a última F.

Alternativas	Bermudas (milhões)	Bonés (milhões)
A	0	10
B	1	9
C	2	7
D	3	5
E	4	3
F	5	0

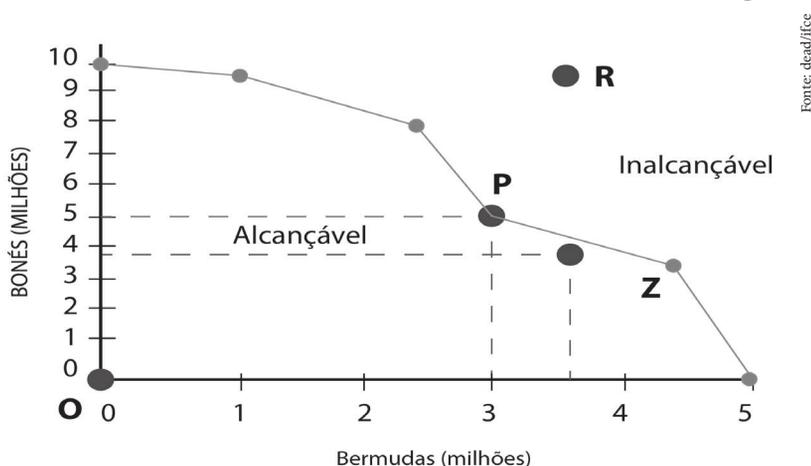
Quadro 1: Quantidades produzidas de bermudas e bonés (em milhões)

Note que as possibilidades máximas de produção de apenas um dos dois bens são alcançadas quando se sacrifica totalmente a produção do outro. Nas unidades intermediárias, vemos combinações diferentes para os produtos. No caso de D, por exemplo, os limites máximos possíveis serão de 3 milhões de unidades/ano de bermudas e 5 milhões de unidades/ano para bonés. Nessa condição, a economia poderá aumentar a produção de qualquer bem, sacrificando a do outro. Partindo-se da mesma alternativa D, se aumentarmos a produção de bermudas para 4 milhões/ano, a quantidade de bonés deverá ser reduzida para 3 milhões/ano.

Esses movimentos decorrem da hipótese teórica de que a economia sempre estará operando em pleno emprego, em todas as alternativas consideradas (de A a F). Portanto, não há como aumentar a produção de qualquer um dos bens sem sacrificar a produção do outro bem, com isso, concluímos que qualquer combinação envolve **custo de oportunidade**.

Com os dados do quadro 1, podemos criar uma curva resultante dos pontos coordenados de A a F, essa curva é denominada de Curva (ou fronteira) das possibilidades de produção – FPP.

FRONTEIRAS DE POSSIBILIDADES DE PRODUÇÃO



Na nossa Curva (ou fronteira) das possibilidades de produção – FPP, identificamos quatro pontos em que a economia pode se situar. Vamos conferi-los!

- **Ponto O** - Ponto em que se produz zero (não há produção) tanto para bermudas quanto para bonés. Nesse ponto, a economia não utiliza os recursos de produção de que dispõe. Logicamente, nenhuma economia se encontra nessa situação, pois, nessa situação teórica, nem a produção de subsistência para atender às necessidades básicas e fisiológicas do indivíduo estaria funcionando. Nesse caso, identificamos também uma situação de pleno desemprego.

- **Ponto Z** - Neste ponto, identificado em nosso gráfico, a economia opera com capacidade ociosa de produção, ou seja, existem postos de trabalho para serem “preenchidos”. Isso ocorre em posição intermediária entre o pleno emprego e o pleno desemprego. No ponto Z, existem máquinas paradas à espera de operadores que estão desempregados. Os níveis de produção estão aquém da sua capacidade de operação.

- **Ponto P** - Dificilmente alcançado na prática, é um ponto considerado ideal na economia. É denominado ponto ótimo de produção, com os fatores de produção plenamente empregados. Em nosso exemplo, conseguimos produzir bonés e bermudas, se nos deslocarmos sobre a curva para cima, produziremos menos bermudas e aumentaremos a produção de bonés, para baixo. Ainda sobre a curva, diminuiríamos a produção de bonés, aumentando a produção de bermudas, ou seja, aumentar a produção de bermudas tem um custo para a sociedade em termos de bonés que se deixou de produzir e vice-versa.

• **Ponto R** - É chamado nível impossível de produção. É uma posição inalcançável, pois está situado além da fronteira de produção da economia. O ponto R só será alcançado se houver um deslocamento da curva para a direita, que é obtido graças à expansão dos recursos produtivos, aos avanços tecnológicos, ao aumento do contingente humano economicamente mobilizável, ao melhor aproveitamento das reservas naturais, às alterações verificadas em fases de crescimento econômico.

Chegamos ao final desta aula. Por meio dela, analisamos os problemas econômicos, a escassez, os bens e suas características, bem como os recursos produtivos. Conhecemos, também, os sistemas econômicos, entre outros assuntos importantes para a compreensão das próximas aulas.

Na próxima aula, estudaremos a microeconomia, estudo da demanda, da oferta e do equilíbrio.



ATIVIDADES DE APROFUNDAMENTO

1. Quais são os problemas econômicos considerados fundamentais na sociedade?
2. De que forma podemos mensurar o desperdício e a ociosidade dos recursos produtivos no campo turístico? FERNANDES.COELHO p.61
3. Quais as diferenças básicas entre os sistemas econômicos de mercado e o socialista?
4. O que significa Curva de Possibilidade de Produção?
5. O que significa um ponto fora da curva de possibilidade de produção?
6. Considerando a tabela abaixo (FERNANDES, COELHO p. 147), faça o que se pede:
 - a. Represente graficamente a Curva de Possibilidade de Produção.
 - b. Marque um ponto qualquer dentro da curva e mostre as hipóteses referentes a cada produto e suas perdas.

HIPÓTESES	A	B	C	D	E
Produto Y (eventos nacionais)	10	9	7	4	0
Produto X (eventos internacionais)	0	1	2	3	4

AULA 3

Introdução à microeconomia

A partir desta aula, estudaremos dois grandes ramos da economia: a microeconomia e a macroeconomia. A microeconomia estuda o comportamento das unidades econômicas, como consumidores e empresas se comportam ante a variação comportamental de ambas, como é estruturado o mercado e suas formas de concorrência.

Estudaremos os conceitos econômicos oferta, demanda, equilíbrio de mercado, elasticidade e como podemos exemplificá-los dentro do cenário turístico, que é o nosso foco de estudo.

Finalmente, no tópico 3, analisaremos o comportamento do consumidor para que possamos visualizar suas preferências e necessidades dentro do contexto econômico.

Objetivos

- Estudar a microeconomia
- Compreender o funcionamento da oferta e da demanda
- Discutir os conceitos de mercado, sua classificação e estrutura
- Aplicar o conceito de elasticidade de preço da oferta e da demanda
- Compreender o conceito de elasticidade-preço-renda
- Conhecer o comportamento do consumidor na economia de mercado

TÓPICO 1

O mercado: estruturas e mecanismos básicos

OBJETIVOS

- Conhecer a Teoria dos Preços (Microeconomia)
- Compreender o funcionamento da oferta e da demanda
- Discutir os conceitos de mercado, sua classificação e estrutura

A Microeconomia, ou Teoria dos Preços, analisa a formação de preços no mercado. Assim, é objeto de sua observação a forma como consumidores e empresas interagem e decidem qual preço e quantidade ofertada de determinado bem ou serviço. Assim, estudaremos, neste tópico, o funcionamento da oferta e da demanda na formação do preço no mercado e suas variações, ou seja, o preço obtido a partir da interação das ações de consumidores e produtores que demandam e ofertam um dado bem ou serviço, respectivamente.

Ainda neste tópico, conceituaremos o mercado, suas tipologias e estruturas, bem como o comportamento do consumidor e suas variáveis.

3.1 MERCADO

Em sua forma tradicional, o mercado caracterizava-se por ter um lugar determinado onde se realizavam transações econômicas. Esse conceito econômico, nos dias atuais, assume uma definição marcada pelo entrelaço de forças antagônicas de oferta e procura, representada pelos compradores e vendedores, em que estes obtêm informações e realizam negócios uns com os outros.

Existem vários tipos de mercado dentro da economia, dentre eles: mercado de bens (carros, frutas, sapatos); mercado de serviços (dentista, médico, agências de turismo, aula de dança); mercado de recursos (programadores de computadores, operadores de escavadeiras); insumos (algodão, chips de computadores), moedas (dólar, euro, libra), entre vários outros tipos de mercado.

O resultado do entrelchoque das forças de oferta e procura que regem esses mercados estabelece os padrões de desempenho. Em determinada circunstância, diz-se que o mercado está firme quando as forças da procura parecem superar as forças de oferta; estável, quando as duas forças se mantêm equilibradas; e frouxo, quando as forças da procura parecem ter menor intensidade do que a capacidade de oferta.

Existem, ainda, outras qualificações importantes relacionadas com o mercado. Ele pode estar em expansão quando estão ocorrendo deslocamentos simultâneos para mais, tanto na procura quanto na oferta. Por outro lado, o mercado pode estar em contração, nesse caso, a procura e a oferta estão contraindo-se.

3.2 ESTRUTURAS DE MERCADO

Os mercados variam na intensidade da concorrência que os vendedores e os compradores enfrentam. Vejamos, a seguir, alguns exemplos especificadamente.

CONCORRÊNCIA PERFEITA

É considerada uma situação econômica ideal. Entretanto, em uma realidade complexa, os mercados sempre apresentam algum grau de imperfeição.

Uma estrutura de mercado descrita como concorrência perfeita apresenta algumas condições. A seguir, especificamos cada uma delas em particular.

1. O mercado **atomizado** possui número de compradores e vendedores, onde qualquer ação isolada de um agente não influencia no equilíbrio de mercado.
2. Os produtos transacionados são **homogêneos**, sendo rigorosamente iguais, portanto indiferente para o consumidor.
3. Os produtores e os consumidores, mesmo isoladamente, não têm o poder de influenciar no **preço** do produto, mesmo porque, os produtos são atomizados e homogêneos, o que garante a igualdade de valores.
4. A **perfeita transparência** é o completo conhecimento dos compradores e dos vendedores, de tudo o que passa no mercado. Não há restrição de informações, nem agente que tenha acesso a informações privilegiadas ou diferentes daquelas que os agentes normalmente detêm.
5. As barreiras financeiras, técnicas, legais ou de qualquer outra ordem não existem em situação de concorrência perfeita, é o que chamamos de permeabilidade. Nesse caso, não há restrições ou barreiras às entradas e saídas das empresas no mercado.

6. A **perfeita mobilidade** dos recursos produtivos significa a inexistência de qualquer tipo de acordo ou ordem entre os agentes, nem restrições governamentais.

Pelas características do modelo, percebemos que o mercado de concorrência perfeita dificilmente é encontrado na prática.

MONOPÓLIO

Na estrutura monopolista, existe um único produtor que realiza toda a produção, portanto ele domina totalmente a oferta de mercado, sendo um modelo extremamente oposto ao da concorrência perfeita.

Nesse caso, a empresa detentora do monopólio produz um produto do qual não existe um substituto próximo. Nessa condição, ou os compradores se submetem às condições impostas pela empresa, ou simplesmente não consomem o produto.

O monopolista apresenta algumas características. A seguir, confira a nossa relação!

1. **Unicidade:** apenas um vendedor dominando o mercado.
2. **Barreira:** a entrada de um concorrente torna-se impossível, do contrário, descaracterizaria o modelo imposto.
3. **Extra-preço:** preços elevados e lucros extraordinários.
4. **Insubstitutibilidade:** o produto não tem substitutos próximos.
5. **Poder:** denominado poder do monopólio, pois o monopolista controla preço e quantidade produzida.
6. **Opacidade:** os resultados alcançados ou mesmo os processos de produção realizados pela empresa monopolista dificilmente são divulgados.

Do ponto de vista social, o monopólio deve ser evitado como estrutura de mercado predominante, já que privilegia somente uma marca ou modelo de cada produto e impede que o próprio consumidor tome decisões e tenha mais opções em suas compras.

OLIGOPÓLIO

O oligopólio é uma estrutura onde poucas empresas dominam a oferta de mercado, elas chegam a controlar em torno de 80% a 90% da oferta total. Trata-se da estrutura de mercado prevalecente nas economias. Podemos citar a economia brasileira com muitos exemplos de oligopólios, como na indústria automobilística, eletroeletrônica, farmacêutica e muitas outras.

Identificamos a presença de oligopólios entre empresas de produtos diferenciados, como a indústria automobilística, e até mesmo entre empresas com produtos homogêneos, como ferro ou cimento, por exemplo.

Assim, no oligopólio, os produtos são substitutos próximos entre si com pequenas diferenças entre eles. Dessa forma, a concorrência entre preços é evitada para que não haja perdas para as empresas dominantes. Para ganhar mercado, cada empresa tenta sobressair-se com inversões de novas tecnologias, lançamentos de produtos no mercado e investimento em propaganda e publicidade.

O modelo oligopolista é caracterizado também pela rivalidade entre as empresas, barreiras para o ingresso de novas empresas e o excessivo controle dos preços realizados pela prática de acordos e conluíus entre as empresas participantes.

CONCORRÊNCIA MONOPOLÍSTICA (IMPERFEITA)

A concorrência monopolística caracteriza-se pelo fato de que as empresas produzem produtos diferenciados. Embora sendo substitutos próximos, nessa estrutura, o número de concorrentes é grande. Contudo, cada um deles possui sua própria patente e procura diferenciar seu produto sobre os demais, seja nas características físicas, seja nas embalagens, ou mesmo pela promoção de vendas do produto.

Com relação às barreiras à entrada, por tratar-se de mercados altamente competitivos, são baixas, sendo relativamente fácil o ingresso de novas empresas.

No quadro a seguir, podemos visualizar melhor as principais características entre as quatro estruturas clássicas de mercado. Vamos conferi-las!

CARACTERÍSTICAS CONSIDERADAS	ESTRUTURAS DE MERCADO			
	Concorrência	Monopólio.	Oligopólio.	Concorrência monopolística.
Concorrência	Muito Grande/ Mercado Atomizado.	Apenas Um	Pequeno Número	Grande, prevalecendo a competitividade.
Produto ou Fator	Padronizado	Não há muitos	Pode ser padronizado ou diferenciado	Diferenciado
Controle Sobre Preços	Não é possível	Muito Alto	Dificultado, ampliando quando há acordos ou conluios.	É possível, porém são limitadas pela substituição.
Condições de Ingresso	Não há Obstáculos	Impossível.	Há Consideráveis Obstáculos.	Relativamente Fáceis.
Informações Sobre a Empresa	Total Transparência	Opacidade.	Visibilidade limitada.	Geralmente Amplas.

Quadro 1 - Principais características das quatro estruturas de mercado: síntese de atributos diferenciadores.

Fonte: Rossetti, Introdução à Economia. (2007 p. 407)

3.3 DEMANDA

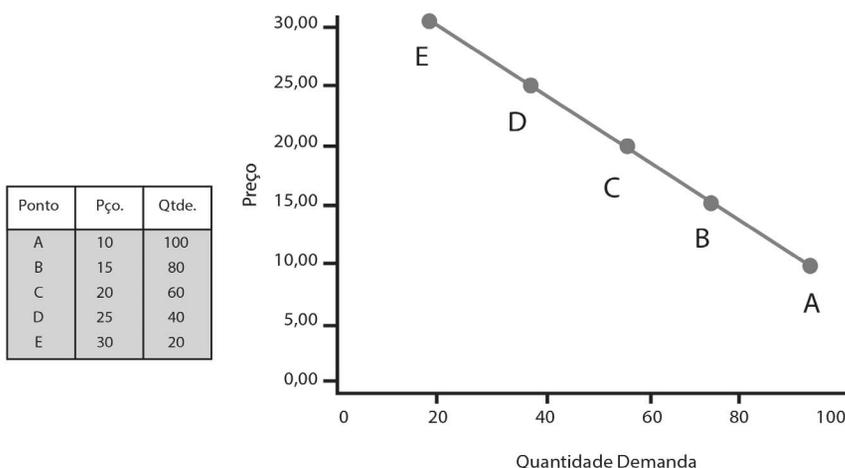
Define-se a procura (ou demanda) como sendo a quantidade de bens que os consumidores estão aptos e dispostos a adquirir, em dado período de tempo, levando em conta os vários preços alternativos, considerando as variáveis de preço e de quantidade.

Analisando o comportamento padrão dos consumidores, as variáveis de preço e quantidade do produto relacionam-se inversamente, ou seja, quanto mais baixo os preços, maior a quantidade procurada, ou, quanto mais alto for o preço, menor a sua procura, mantidas as demais influências constantes.

As principais condições determinantes da demanda são: o preço do bem, os preços dos outros bens, a renda do consumidor e a preferência (gosto) do consumidor.

Supondo que os preços dos outros bens, a renda e a preferência do consumidor não se modifiquem, permaneçam constantes (condição “ceteris paribus”), podemos estabelecer uma relação inversa entre quantidade demandada e preço do bem, como mostra o gráfico abaixo.

VARIAÇÃO DA QUANTIDADE DEMANDADA



Obviamente, você deve ter observado que a curva de demanda é negativamente inclinada (negativamente para a direita), expressando uma relação inversa entre o preço e a quantidade demandada do bem. Se por exemplo, o preço cai de R\$ 20,00 para R\$ 15,00, as quantidades procuradas para o bem aumentam de 60 para 80.

3.4 OFERTA

Define-se a oferta como sendo a quantidade de bens que os produtores estão aptos e dispostos a produzir e disponibilizar no mercado, em dado período de tempo, com vários preços alternativos.

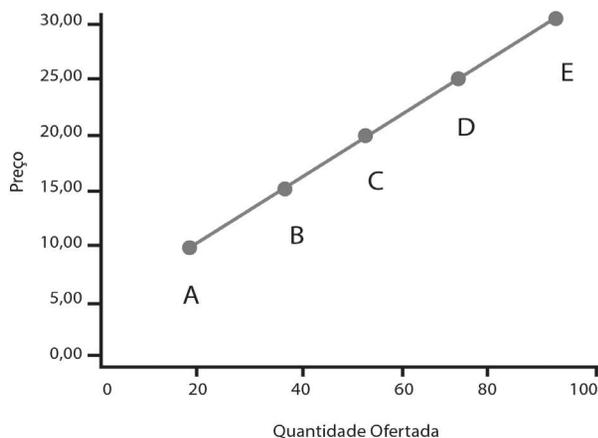
A quantidade ofertada de um bem ou serviço qualquer varia na razão direta da variação de seus preços, mantidas as demais influências constantes. Isso quer dizer que, se todos os outros fatores forem mantidos constantes, quanto mais elevado for o preço de um bem, maior será a sua quantidade ofertada, e quanto mais o preço do bem for reduzido, menor será a quantidade ofertada dele.

As principais condições determinantes da oferta são: o preço do bem, os preços dos outros bens, os preços dos fatores de produção e a tecnologia.

Supondo que os preços dos outros bens, os preços dos fatores de produção e a tecnologia não se modifiquem, permaneçam estáveis (condição “ceteris paribus”), podemos estabelecer uma relação direta entre quantidade ofertada do bem e seu preço (a lei da oferta). Vejamos, a seguir, em demonstração abaixo.

VARIAÇÃO DA QUANTIDADE OFERTADA

Ponto	Pço.	Qtde.
A	10	20
B	15	40
C	20	60
D	25	80
E	30	100

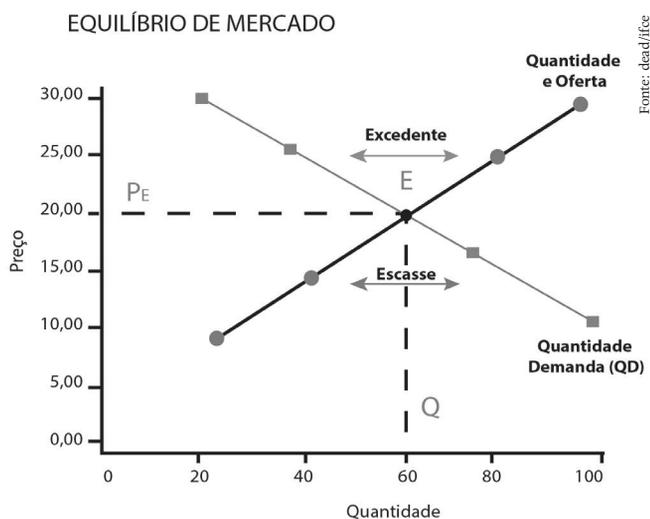


Perceba, aluno(a), que a curva de oferta é positivamente inclinada (ascendente para a direita), expressando uma relação direta entre preço e quantidade ofertada do bem no mercado. Se por exemplo, o preço se eleva de R\$ 15,00 para R\$ 20,00, as quantidades ofertadas aumentam de 40 para 60, pois do ponto de vista de quem realiza a oferta, preços mais altos não são obstáculos e sim estímulos.

3.5 EQUILÍBRIO DE MERCADO (INTERSEÇÃO DEMANDA – OFERTA)

Os interesses conflitantes entre produtores e consumidores são resolvidos no mercado pelas forças de oferta e procura. O preço de *equilíbrio*, que harmoniza os interesses conflitantes de produtores e consumidores, é determinado, graficamente, pela interseção das curvas de oferta e demanda. Confira no gráfico abaixo!

Preço	QD.	QO.
30	20	20
25	40	40
20	60	60
15	80	80
10	100	100



Analisando o gráfico de Equilíbrio de Mercado, no ponto em que ocorre o Preço de Equilíbrio, as quantidades procuradas igualam-se às quantidades ofertadas (ponto E). Nesse caso, R\$ 20,00 é o preço pelo qual os consumidores estão dispostos a adquirir 60 unidades do bem e os ofertadores (produtores) a ofertar 60 unidades. Portanto, podemos dizer que R\$ 20,00 é o Preço de Equilíbrio (P_E) e 60 é a Quantidade de Equilíbrio (Q_E), onde Q ofertada é igual a Q demandada.

Partindo da hipótese de que o mercado analisado encontra-se em concorrência perfeita, o preço de equilíbrio será determinado pela livre manifestação das forças da oferta e da procura.

Essa situação de equilíbrio não ocorre para os demais níveis de preço analisados. Se o governo interferir no mercado e tabelar o preço do bem acima do preço de equilíbrio, em R\$ 25,00, por exemplo, haverá *excedente* de produto. Nesse nível de preço, os produtores ofertam 80 unidades, enquanto os consumidores demandam apenas 40 unidades. Nesse caso, o preço afastará os consumidores, embora seja estimulante para os produtores.

Por outro lado, se o governo interferir no mercado e tabelar o preço do bem abaixo do preço de equilíbrio, em R\$ 15,00, por exemplo, haverá *escassez* de produto. Nesse nível de preço, os produtores ofertam apenas 40 unidades, enquanto os consumidores desejam adquirir 80 unidades do produto. Nesse caso o preço estimula os consumidores e desencorajam os produtores a ofertarem no mercado.

As situações de equilíbrio são influenciadas por mudanças na oferta e na procura, contudo, prevalecem as condições competitivas e o mercado sempre encontra novas posições harmônicas de equilíbrio, ou seja, a “mão invisível” das motivações e interesses envolvidos supera os conflitos proporcionados pelo mercado.

Neste tópico, estudamos os conceitos de microeconomia, bem como os fatores de funcionamento da oferta e da demanda. Estudamos, também, o mercado e seus reflexos em algumas atividades econômicas básicas. No próximo tópico, conheceremos a elasticidade, ou seja, a sensibilidade econômica de uma variável sobre outra. Vamos compreender melhor esse assunto?

TÓPICO 2

Elasticidade

OBJETIVOS

- Aplicar o conceito de elasticidade de preço da oferta e da demanda
- Compreender o conceito de elasticidade-preço-renda

Neste tópico, compreenderemos que, em economia, o termo *elasticidade* significa sensibilidade. A elasticidade reflete o grau de resposta (sensibilidade) de uma variável econômica em decorrência de alterações em outra variável. Essa sensibilidade de consumidores e produtores aos preços varia de produto para produto. Seus graus são definidos pela elasticidade-preço, ou seja, pelas variações relativas nas quantidades procuradas ou ofertadas em respostas às variações de preços. Além desses aspectos, conhecer as variáveis correspondentes ao preço e à renda.

A partir do conceito apresentado de elasticidade, podemos definir a Elasticidade-preço da Demanda como sendo a variação percentual da quantidade demandada do bem X para cada unidade de variação do bem X, que pode ser medida através da expressão:

$$e = \frac{\text{Variação percentual da quantidade aplicada}}{\text{Variação percentual do preço}}$$

sendo a variação percentual da quantidade procurada:

$$Q_p(\%) = \frac{(Q_{\text{final}} - Q_{\text{inicial}})}{Q_{\text{inicial}}}$$

ou seja, a variação percentual da quantidade é dada pela quantidade final – quantidade inicial dividido pela quantidade inicial.

A variação percentual do preço é dada por:

$$P(\%) = \frac{(P_{\text{final}} - P_{\text{inicial}})}{P_{\text{inicial}}}$$

Nesse caso, a variação percentual do preço é a seguinte: preço final – preço inicial dividido pelo preço inicial.

O valor da expressão e poderá ter resultados que variam entre menor do que 1,0 até o infinito, esse valor determinará o tipo de elasticidade-preço da demanda, conforme segue:

1. DEMANDA ELÁSTICA EM RELAÇÃO AO PREÇO

Ocorre quando o aumento percentual da quantidade demandada é relativamente maior à queda percentual dos preços. Suponhamos que haja uma redução de 20% no preço real, levando a um aumento percentual de 40% nas quantidades demandadas. Nesse caso, as quantidades demandadas são relativamente sensíveis a alterações nos preços e o valor unitário de e é superior a uma unidade, ou seja, $e > 1,0$.

2. DEMANDA INELÁSTICA EM RELAÇÃO AO PREÇO

Ocorre quando o aumento percentual da quantidade demandada é relativamente menor do que a queda percentual dos preços. Imagine uma redução real de 20% no preço real com um aumento de apenas 10% nas quantidades procuradas. Nesse caso, o valor de e será de 0,5, estando entre 0 e 1,0, dessa forma, as quantidades procuradas são relativamente insensíveis a alterações nos preços.

3. DEMANDA DE ELASTICIDADE UNITÁRIA EM RELAÇÃO AO PREÇO

Ocorre quando o aumento percentual da quantidade demandada é rigorosamente igual à queda percentual dos preços ou, de outra forma, quando a diminuição percentual da quantidade demandada é rigorosamente igual ao aumento percentual dos preços. Se um determinado produto sofrer uma redução real de 20% em seu preço e as quantidades procuradas aumentarem também em 20%, o valor de e será igual a 1,0 e as variações nas quantidades procuradas serão rigorosamente proporcionais às variações nos preços.

Assim, como a elasticidade preço da demanda, o conceito também se aplica à elasticidade preço à oferta, pois o modelo mede a variação percentual da

quantidade ofertada decorrente de uma variação percentual no preço e mostra que uma alteração para mais, no nível de preços, provoca uma alteração, também para mais nas quantidades ofertadas.

Também como na elasticidade preço da demanda, há diferentes graus possíveis de sensibilidade dos produtores aos preços, conduzindo a diferentes variações do coeficiente de elasticidade-preço, tais como:

$\eta < 1,0$	Oferta Inelástica
$\eta > 1,0$	Oferta Elástica
$\eta = 1,0$	Oferta com Elasticidade Unitária

Em sua expressão conceitual, temos a relação existente entre as modificações relativas ou percentuais das quantidades ofertadas decorrentes das alterações relativas ou percentuais dos preços:

$$\eta = \frac{\text{Variação percentual da quantidade ofertada}}{\text{Variação percentual do preço}}$$

Assim, a variação percentual da quantidade ofertada:

$$Q_o (\%) = \frac{(Q_{\text{final}} - Q_{\text{inicial}})}{Q_{\text{inicial}}}$$

Nesse caso, a variação percentual da quantidade é dada pela quantidade final – quantidade inicial dividido pela quantidade inicial.

A variação percentual do preço é dada por:

$$P (\%) = \frac{(P_{\text{final}} - P_{\text{inicial}})}{P_{\text{inicial}}}$$

Portanto, a variação percentual do preço é dada pelo preço final – preço inicial dividido pelo preço inicial.

A Elasticidade-rendada Demanda é a medida de quanto a quantidade demandada de um bem varia em relação às variações na renda dos consumidores. A elasticidade-renda é a variação percentual da quantidade demandada decorrente de uma variação percentual da renda do(s) consumidor(es) e classificam-se em quatro tipos de bens, vamos conhecê-los!

1. Bens Normais: os aumentos da renda estimulam suas compras. Por exemplo, a maioria dos alimentos, roupas, eletrodomésticos, etc.
2. Bens Superiores ou Supérfluos ou de Luxo: são altamente elásticos

em relação à renda, porque cada 1% de aumento na renda aumenta as quantidades vendidas em mais de 1%. Por exemplo, jóias, casacos de pele, limusines, etc.

3. Bens Necessários: são bens onde uma variação percentual na renda provoca uma variação percentual menor na quantidade demandada. Esse bem é inelástico em relação à renda. Por exemplo, sabão, sal, fósforo, etc.
4. Bens Inferiores: uma elevação na renda traz como consequência uma queda na quantidade demandada. Assim, a elasticidade-renda é negativa (menor que 0). Por exemplo, carros usados, carne de segunda etc.
5. Bens de Consumo Saciado: o consumo não se altera quando a renda aumenta, ou seja, a quantidade adquirida do bem se mantém constante independentemente de variações no nível de renda. Por exemplo, água mineral.

DEMONSTRAÇÃO

Para que possamos entender melhor a elasticidade de demanda, a seguir, apresentamos uma situação prática. Confira!

Suponha que vendemos pacotes turísticos para Fernando de Noronha a preços de R\$ 3.000,00 por pessoa. Para esse preço, há uma demanda de 300 pacotes turísticos vendidos. Imaginemos agora que os pacotes turísticos sejam reajustados em 20%, nesse caso, agora são vendidos a R\$ 3.600,00 e há uma retração de pacotes vendidos em 30. Portanto, com o novo preço, foram vendidos 270 pacotes de viagens.

Então, neste exemplo, a variação percentual da quantidade vendida é dada por:

$$Q_o (\%) = \frac{(Q_{\text{final}} - Q_{\text{inicial}})}{Q_{\text{inicial}}} = \frac{270 - 300}{300} = \frac{-30}{300} = -0,10 \text{ ou retração de } 10\%$$

A variação percentual no preço é o seguinte:

$$P(\%) = \frac{(P_{\text{final}} - P_{\text{inicial}})}{P_{\text{inicial}}} = \frac{3.600 - 3.000}{3.000} = \frac{600}{3.000} = 0,20 \text{ ou } 20\%$$

Então, temos que

$$e = \frac{\text{Variação percentual da quantidade procurada}}{\text{Variação percentual do preço}} = \frac{0,1}{0,2} = 0,50$$

CONCLUSÃO - Para um aumento de 20% nos preços dos pacotes turísticos

para Fernando de Noronha, houve uma redução na procura na ordem de 10%. No exemplo, temos uma **Demanda Inelástica** em relação ao preço, pois $e < 1$. Nesse caso, as quantidades procuradas são relativamente insensíveis a alterações nos preços.

Chegamos ao final do tópico. Nele, abordamos um ponto de grande importância para a melhor compreensão do sistema de preços e das reações que o mercado sofre após alguma mudança nos preços para mais ou para menos. No próximo tópico, estudaremos o comportamento do consumidor. Vamos lá!

TÓPICO 3

Comportamento do consumidor

OBJETIVO

- Conhecer o comportamento do consumidor na economia de mercado

Neste tópico, estudaremos um assunto abordado na microeconomia de grande importância na área de vendas de produtos e serviços. Você verá que, quando se analisa o comportamento do consumidor e suas reações diante de variações do mercado, podemos maximizar nossos acertos de atendimento e conseqüente fechamento de uma venda ou contrato de serviço. Isso também permite às empresas compreender a vida dos seus clientes, seu cotidiano e a maneira como encaram os produtos e os serviços ofertados.

Tanto o consumidor quanto o produtor, embora ocupem posições opostas no mercado, são movidos por objetivos iguais, que é o de maximização de suas satisfações. No caso do nosso objeto de estudo, “o comportamento do consumidor é justificado tanto pelos conceitos tradicionais de utilidade e de escolhas indiferentes, quanto por abordagens de maior amplitude, que levam em conta fatores extra-econômicos” (ROSSETTI, 2007).

“Ser consumidor é ser humano. Ser consumidor é alimentar-se, vestir-se, divertir-se... é viver”. (KARSAKLIAN, 2000, p.11).

Os estudos sobre o comportamento do consumidor começaram a se desenvolver a partir da década de 60. Através dos trabalhos de Newman, Katona, Howard e Engel, é definido como “o comportamento de procura, busca, compra, uso e avaliação de produtos e serviços para satisfazer necessidades do ser humano”. (GADE, 1998). As necessidades são o ponto de partida para o processo de motivação

e serão percebidas ou sentidas no momento em que haja discrepância suficiente entre um estado desejado e o estado atual, por exemplo, quando se desperta a vontade ou desejo de obter alguma coisa para sua satisfação pessoal ou coletiva, podendo ser influenciada por motivações de caráter emocional.

Para decidir as aquisições de bens e serviços que o consumidor fará, ele dispõe de

- I. uma renda;
- II. informações sobre os bens e serviços disponíveis no mercado.

Entre as informações que o consumidor procura obter sobre os bens e serviços consumidos, destacam-se os preços dos produtos onde os consumidores procuram no mercado conciliar o preço à sua renda, conforme suas necessidades. Nesse processo, a qualidade dos diferentes bens e serviços ofertados também é levada em conta na escolha, ou seja, às vezes, o consumidor tende a pagar um preço maior por uma melhor qualidade do produto ofertado. Além disso, o grau de satisfação que cada um dos bens ou serviços proporciona aos consumidores no atendimento de suas necessidades é outro aspecto considerado nas aquisições.

Considerando a renda de que dispõe, o consumidor escolhe determinadas quantidades de um conjunto de bens, que formará sua cesta de consumo. Essa lista de compras representa sua **escala de preferências**, em função de seus gostos e dos preços.

Destaca-se que ele age **racionalmente**, no sentido de maximizar sua satisfação, com um mínimo de dispêndio. A lista de compras será ordenada de acordo com suas preferências e sua renda disponível. Se a renda não for fator limitante, qualquer produto poderá ser consumido, contanto que esteja nas preferências do consumidor.

Alguém que ganhe um salário mínimo, por exemplo, ainda que aprecie um bom prato de lagosta, certamente não terá essa iguaria em sua lista de compras. Por outro lado, alguém com alto padrão de renda provavelmente não desejaria incluir em sua cesta de consumo carne de segunda, mas poderá incluir farinha de mandioca para a farofa do churrasco, caso goste.

Da mesma forma que os produtos e serviços individuais, diferentes cestas de consumo também podem ser ordenadas em função das preferências. Vegetarianos, por exemplo, tendem a rejeitar cestas que contenham carne, preferindo aquelas



Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Mens_clothes_lilac.JPG

com maior conteúdo de legumes e saladas, ao passo que quem gosta mais de carnes vermelhas, irá preferir as cestas com mais carnes e menores quantidade de saladas, legumes e carnes brancas.

Considerando a suposição de racionalidade do consumidor, ele poderá se manifestar de dois modos distintos.

- Terá **preferência** por uma determinada cesta se ela possuir maiores quantidades de todos os bens em relação a cestas com menores quantidades.
- Será **indiferente** a cestas com praticamente a mesma composição e as mesmas quantidades.

Além dessas influências básicas, existem outras que podem definir o comportamento do consumidor, tais como fatores culturais, caracterizado pelas crenças e valores preponderantes na sociedade em que vive; fatores sociais, que são ditados pelos grupos com que cada qual interage e os estímulos induzidos.

Bem aluno(a), chegamos ao término desta aula. Por meio dela, vimos aspectos importantes para compreendermos como funciona uma estrutura econômica, no entanto, ainda temos muito que aprender. Estudamos a macroeconomia, como funciona oferta e a demanda; a elasticidade na economia, e, por fim, o comportamento do consumidor. Na próxima aula, conheceremos os aspectos da macroeconomia. Até lá!



ATIVIDADES DE APROFUNDAMENTO

1. Do ponto de vista econômico e quanto à concorrência, explique o que é mercado, como ele pode ser classificado.
2. Cite as principais condições determinantes da demanda.
- 3.

HIPÓTESES	PREÇOS (em R\$)	PASSAGENS AÉREAS DEMANDADAS (em milhares)
A	500	9
B	400	10
C	300	12
D	200	15
E	100	20

Passagens Aéreas Ofertadas (escala de oferta)

HIPÓTESES	PREÇOS (em R\$)	PASSAGENS AÉREAS DEMANDADAS (em milhares)
A	500	18
B	400	16
C	300	12
D	200	7
E	100	0

Dadas as informações inseridas nas tabelas de demanda e de oferta de passagens aéreas, a seguir, faça o que se pede.

- Construa o gráfico que representa a curva de demanda de passagens aéreas.
- Construa o gráfico que representa a curva de oferta de passagens aéreas.
- Identifique as coordenadas do ponto de equilíbrio (PE).
- Se uma redução de 30% do preço de passagens aéreas em baixa temporada está associada a um aumento de 25% na venda, qual seria a elasticidade renda?
- Para que o consumidor decida ou opte por um determinado pacote turístico, quais são as duas variáveis que ele deverá considerar para sua escolha?

Assinale V (verdadeiro) ou F (falso) nas afirmações a seguir

- () Se o preço aumenta 10% e a quantidade diminui 20%, resultando em $e = 2$, a demanda é elástica.
- () Se o preço aumenta 10% e a quantidade diminui 5%, resultando em $e = 0,5$, a demanda é inelástica.

AULA 4

Introdução à macroeconomia

Nesta quarta e última aula, estudaremos o comportamento global do sistema econômico, iremos investigar o comportamento da economia em sua totalidade e procurar identificar as estratégias governamentais e seus indicadores, bem como iremos conceituar e classificar a inflação e quais seus impactos na economia.

Objetivos

- Fazer distinção entre microeconomia e macroeconomia
- Conhecer os objetivos e os instrumentos das políticas macroeconômicas
- Conhecer e discutir os instrumentos de política econômica
- Conhecer as estruturas de análise macroeconômicas e as medidas agregadas relacionando com a realidade local e nacional
- Estudar os conceitos de crescimento e desenvolvimento econômicos

TÓPICO 1

Políticas macroeconômicas e indicadores de desempenho

OBJETIVO

- Conhecer os objetivos e os instrumentos das políticas macroeconômicas

Nesta aula estudaremos sobre a Macroeconomia e suas variáveis. Trata-se do outro ramo da economia (assim com a microeconomia) e é de suma importância para entendermos o comportamento da economia, numa visão global, e as medidas adotadas pelo governo para garantir o equilíbrio econômico tanto em períodos de prosperidade quanto em períodos de recessão.

A Macroeconomia estuda o comportamento global do sistema econômico e o funcionamento da economia em seu conjunto. Estuda fatores como: a determinação e o funcionamento do PIB (Produto Interno Bruto), do investimento agregado, da poupança agregada, da inflação, etc. Assim, a participação do setor de turismo no PIB, os financiamentos para o setor turístico, os impactos da elevação dos juros na economia do turismo, o que o aumento da inflação poderá alterar a demanda turística, por exemplo, são questões tipicamente macroeconômicas.

4.1. OS PRINCIPAIS OBJETIVOS DA POLÍTICA MACROECONÔMICA

Os principais objetivos da política macroeconômica são:

- O crescimento do produto agregado;
- A estabilidade de preços;
- O baixo emprego;
- E, o equilíbrio em transações externas.

O grande desafio é conciliar o desenvolvimento dos quatro principais objetivos

macroeconômicos, isso porque geralmente os meios que conduzem à realização de um deles conflitam com os demais. Na gestão da política macroeconômica quase sempre se impõe a escolha de um objetivo prioritário ou principal.

Trata-se de um complexo jogo, em que aos benefícios da consecução de um determinado objetivo geralmente correspondem a custos sociais não realizados de outro objetivo. São raros os períodos históricos em que todos os objetivos macroeconômicos são alcançados simultaneamente. (ROSSETTI, 2007)

Dessa forma, os quatro objetivos da política macroeconômica dizem respeito a quatro indicadores de desempenho:

1. **Produto Agregado:** tende-se a geração do produto agregado com a maior proximidade possível da plena capacidade da economia e a busca por elevadas taxas de crescimento para que as aspirações e desejos da sociedade por produtos sejam saciados e atendidos. Portanto o objetivo é promover o crescimento do produto a taxas maiores do que o próprio crescimento demográfico para garantir o crescimento da produção per capita de bens e serviços finais.
2. **Emprego:** trazer os níveis de desemprego para os mais baixos possíveis e a expansão de novos postos de trabalho deve ser compatível com os novos ingressos no mercado de trabalho.
3. **Preços:** trata-se de manter os preços estáveis e o equilíbrio estrutural entre os níveis relativos dos preços nos diferentes bens e serviços produzidos na economia. Quando verificamos desequilíbrio entre preços ocorrem efeitos indesejáveis na economia como a inflação e exigem movimentos corretivos para voltar à estabilidade de preços.
4. **Transações Externas:** o quarto objetivo macroeconômico relevante é a busca do equilíbrio das relações externas, trata-se da diferença entre exportações e importações de mercadorias e serviços e esta diretamente ligada a procura agregada e, portanto, interfere na sustentação ou no crescimento econômico do produto agregado, bem como níveis de emprego e índices de preços.

Para a execução dos objetivos da política macroeconômica é necessário algumas ações como medidas corretivas que visem equilibrar o crescimento do sistema econômico. Vejamos a seguir quais as medidas econômicas mais utilizadas.

4.2. MEDIDAS ECONÔMICAS

Para atingir os objetivos macroeconômicos listados, a economia dispõe de instrumentos (medidas) que atuam como corretivos para que as metas sejam atingidas e não haja desequilíbrios que possam afetar o controle do governo em busca de suas metas econômicas. As principais medidas econômicas são:

POLÍTICA FISCAL

Trata-se do dispêndio do Governo e da tributação por ele recebida. As decisões do Governo de quanto aplicar, nas formas de consumo, investimentos, subsídios e transferências e de quanto irá receber em forma de impostos diretos e indiretos compõem os instrumentos fiscais. São instrumentos que interferem diretamente em todos os objetivos macroeconômicos, pois gastos do governo para mais ou para menos afeta a procura agregada para mais ou menos assim como uma modificação em sua política tributária também modifica a renda das famílias disponível para o consumo, alterando sua capacidade efetiva de dispêndio, interferindo nos níveis de preços, sustentação de emprego e até mesmo nas transações externas.

POLÍTICA MONETÁRIA

Instrumento que controla a oferta da moeda e do crédito. A contração da emissão de moeda pode provocar uma elevação real das taxas de juros, que por sua vez leva a uma contração no consumo e investimentos dos agentes privados refletindo nos níveis gerais de preços. A contração do crédito opera da mesma forma. Em lado oposto, quando há uma expansão da oferta monetária, as taxas de juros caem, estimulando o consumo interno e externo dos agentes privados. Este estímulo pode acarretar um aumento nos níveis gerais de preço, incentivando um processo inflacionário, como também atuar sobre os níveis de emprego.

POLÍTICA CAMBIAL

Trata-se de um instrumento que complementa a utilização de mecanismos fiscais e monetários. Atua na regulação das exportações e importações visando o equilíbrio das contas externas. A intervenção cambial pode estimular ou retrair o produto agregado e os níveis de preço. Taxas de câmbio desvalorizadas e estímulo à entrada de capitais para investimento em nosso país estimulam a procura e elevam o nível geral de preços, em contrapartida pode produzir focos inflacionários. Já quando um país valoriza o câmbio, abre a entrada de suas fronteiras para produtos

de outras nações e incentiva investimentos externos, poderá ocorrer estabilização nos preços e comprometer os níveis de oferta e do emprego.

POLÍTICA DE RENDA

Instrumento que atua sobre o controle direto de preços, salários dos trabalhadores e outras remunerações de fatores de produção. Geralmente este instrumento é utilizado em programas de estabilização, embora em alguns casos também possa ser utilizado em direções expansionistas.

CLASSIFICAÇÃO DAS POLÍTICAS ECONÔMICAS

A função de qual política será utilizada, de acordo com a conjuntura econômica encontrada, terá de ser tomada pelo Governo, portanto qual o tipo de instrumento, de que forma será aplicada e em que intensidade, deverá fazer parte de um plano de ação elaborado pelo governo em suas esferas federal, estadual e municipal. Os principais instrumentos econômicos adotados podem ter funções diferentes, dentre elas:

- **Reguladora:** Através de leis e disposições administrativas, o Estado regula e normatiza a atividade econômica, com isso, com essa função, procura-se ter o controle de preços, monopólios e ações que violem o direito do consumidor;
- **Estabilizadora:** Trata-se do objetivo que o governo sempre está perseguindo que é o de estabilizar e controlar os agregados macroeconômicos fundamentais para a manutenção do equilíbrio econômico como: a taxa da inflação, taxa de desemprego, equilíbrio da oferta e demanda, dentre outros.
- **Provedora de Bens e Serviços:** Função que tem o estado de prover ou facilitar o acesso a bens e serviços essenciais à população. É através de políticas públicas que o Estado provém às famílias a direitos básicos como o acesso fácil à saúde, educação, segurança, transporte e justiça de qualidade.
- **Igualitária:** Tarefa difícil para os governantes, os programas devem atingir e beneficiar as camadas mais pobres e necessitadas da população. É necessária a intervenção do Estado para que a renda seja distribuída entre as pessoas mais carentes. A igualdade social é um desafio, mas deve ser prioridade para os órgãos públicos em todas as esferas.

As funções permitem que os governos planejem como aplicarão as políticas econômicas alinhadas ao objetivo ou meta que deseja alcançar, como por exemplo, o governo pode ter como objetivo prioritário o aumento da taxa de emprego da população criando postos de trabalho para diminuir as elevadas taxas de desemprego na classe baixa da população. Para isso ele adotará uma postura igualitária, criando postos de trabalho para atender a uma deficiência no nível de emprego entre as pessoas carentes, através de uma política cujo fim é elevar a Taxa de Emprego utilizando instrumentos da política fiscal, pois terá dispêndio na criação de novos postos, Monetário, pois haverá expansão da oferta de moeda e na política de rendas, havendo pagamento de salários, dentro de um controle governamental.

Chegamos ao final do tópico, nele estudamos sobre os aspectos principais da macroeconomia, entre eles: os objetivos principais e os indicadores de desempenho da macroeconomia; conhecemos também os instrumentos econômicos que auxiliam a execução das metas macroeconômicas. No próximo tópico, conheceremos sobre o conceito e os efeitos da inflação dentro de um sistema econômico.

TÓPICO 2

Inflação

OBJETIVOS

- Conhecer o conceito de inflação
- Compreender os efeitos que a inflação pode produzir na economia
- Identificar os tipos de inflação

Dando continuidade aos estudos sobre a política macroeconômica, neste tópico, discutiremos sobre um importante assunto: a inflação, seu funcionamento e comportamento diante de uma estrutura macro.

1. CONCEITO E EFEITO DA INFLAÇÃO

A inflação pode ser conceituada como um aumento contínuo e generalizado no nível de preços da economia. Quando elevada, a inflação produz consequências desastrosas sobre todo o sistema econômico. Os efeitos que a inflação pode produzir na economia podem ser descritos a seguir:

Nível de Produção e Emprego: Dentro do ambiente de instabilidade e imprevisibilidade produzido pela inflação, os empresários tenderão a adiar ou reduzir os investimentos produtivos, comprometendo, desta forma, a produção, o emprego e o crescimento econômico.

- **Distribuição de Renda:** A inflação produz uma redução relativa do poder aquisitivo das classes, notadamente os trabalhadores assalariados, pois o salário não acompanha a inflação em cima dos preços e serviços prestados, havendo uma “corrosão” nos salários dos trabalhadores. Por outro lado, notaremos um aumento relativo no poder aquisitivo das classes detentoras do capital como os empresários, industriais, comerciantes e financiadores do capital.

- Mercado Financeiro: No processo inflacionário, o valor da moeda deteriora-se em curto espaço de tempo, ocorrendo um desestímulo à aplicação no mercado financeiro e conseqüente migração de investimentos em outros setores como imobiliário, por exemplo, ou mesmo em moeda estrangeira.
- Balanço de Pagamentos: Quando a taxa de inflação interna é superior à taxa de inflação externa e o câmbio não apresenta alteração, ocorre um estímulo às importações e desestímulo às exportações, já que o produto nacional torna-se mais caro que o estrangeiro, provocando déficit na balança comercial. Para corrigir o déficit, o governo poderá adotar uma medida de desvalorização da moeda nacional em relação à estrangeira, levando a uma desvalorização cambial, objetivando estimular as exportações. Entretanto a medida afetará as importações de produtos essenciais como o petróleo, por exemplo, tornando o produto mais caro.

Dessa forma, as taxas de inflação de um país são afetadas por diversos fatores como, o grau de abertura ao comércio exterior, estágio de desenvolvimento econômico, grau de oligopolização da economia, etc.

2. TIPOS DE INFLAÇÃO

Dentro da economia há diversas discussões de como se originou o processo inflacionário e qual a forma de como ela deve ser debelada, mas para isso é necessário primeiramente conhecer os tipos de inflação, são elas:

INFLAÇÃO DE DEMANDA:

Considerada o tipo mais clássico, ocorrendo quando se verifica uma expansão da demanda total de bens e serviços em relação à oferta total (produção disponível) de bens e serviços, ou seja, dinheiro demais à procura de poucos bens ou serviços disponíveis no mercado.

As causas do aumento da demanda agregada que provocam a inflação são:

- I. Aumento da oferta de moeda;
- II. Aumento dos gastos do governo;
- III. Aumento dos investimentos;
- IV. Redução dos tributos;
- V. Aumento das exportações;
- VI. Redução das importações.

MEDIDAS DE COMBATE À INFLAÇÃO DE DEMANDA:

Para combater a inflação de demanda o governo utiliza instrumentos que provocam uma redução da demanda agregada com o objetivo de inibir o consumo e o investimento.

Portanto são implementadas políticas monetária e fiscal restritivas ou contracionistas de combate à inflação. No caso em questão, a política monetária procura restringir a quantidade de moeda e de crédito na economia, ao mesmo tempo em que eleva as taxas de juros. A política fiscal objetiva reduzir os gastos públicos e aumentar a receita tributária. Além dessas medidas, também se adota uma política de compressão salarial. A natureza de todas as políticas adotadas são recessivas, inibindo a expansão da produção, do consumo e do emprego.

INFLAÇÃO DE CUSTOS (INFLAÇÃO DE OFERTA):

Os custos de produção determinam os preços repassados ao consumidor final ou famílias consumidoras dos produtos. Havendo aumento nos custos de produção, esse aumento será repassado parcial ou integralmente para os preços finais do produto. Assim a inflação de custos pode ser associada a uma inflação tipicamente de oferta. A contração da oferta agregada é acompanhada de aumento do desemprego, sinalizando um mau sinal para a economia.

As causas desse tipo de inflação são as elevações de custos que são provocadas por:

- I. Aumentos salariais acima dos aumentos de produtividade da mão-de-obra;
- II. Aumento de preços dos produtos agrícolas;
- III. Desvalorização real da taxa de câmbio que determina o aumento dos preços dos insumos importados em moeda nacional;
- IV. Elevação de preços dos produtos importados que sejam matérias-primas ou insumos importantes na produção da economia nacional.

MEDIDAS DE COMBATE À INFLAÇÃO DE CUSTOS:

Se o objetivo for a redução da inflação, adotam-se políticas fiscal e monetária restritivas, o que acarreta aumento do desemprego. Se forem adotadas políticas monetária e fiscal expansivas, objetivando reduzir o desemprego, provocarão aumento da inflação. Esse é um dilema que os economistas vivenciariam para a utilização de políticas monetária e fiscal, no caso de inflação de custos.

Dessa forma, a política mais adequada de combate à inflação de custos seria o controle de preços e salários, resultante de acordos entre empresários, trabalhadores e governos, embora muitas vezes esses acordos não se viabilizem devido ao histórico conflito de classes e interesses.

INFLAÇÃO DE LUCROS OU DE MARK UP:

A inflação de Lucros ou de Mark Up ocorre quando as empresas com poder de mercado, geralmente em oligopólios ou monopólios, elevam os preços de seus produtos muito acima da elevação dos custos de produção. Dessa forma, a inflação de custos também ganha o nome de inflação de lucros.

Para combater a inflação de custos, praticam-se medidas que penalizam o abuso de poder econômico, como também medidas que estimulam a expansão da oferta interna de bens e serviços e a concorrência entre as empresas.

INFLAÇÃO INERCIAL:

A inflação inercial ou autônoma é resultado do reajuste (aumento) periódico dos salários, aluguéis, mensalidades, tarifas públicas, preços dos produtos em geral, etc, que é resultado da decisão dos agentes econômicos (trabalhadores, empresários e governos) em manter ou expandir a participação na renda e na riqueza, ou seja, ocorre mais frequentemente em períodos de crescimento econômicos.

Para debelar a inflação inercial, recomenda-se a prática do denominado choque heterodoxo, ou seja, o congelamento geral de preços, salários, aluguéis, tarifas públicas, taxa de câmbio, assim como a desindexação da economia, onde os reajustes de preços e salários não mais estão atrelados a um índice econômico.

Encerramos este tópico conhecendo aspectos importantes da inflação o que nos ajudará a compreender o nosso próximo assunto: Crescimento e Desenvolvimento econômico.

TÓPICO 3

Crescimento e desenvolvimento econômico

OBJETIVO

- Conhecer as características do desenvolvimento econômico

No tópico anterior estudamos sobre os tipos de inflação e os seus efeitos em um sistema econômico, tal assunto se faz pertinente para a compreensão dos fatores que levam ao desenvolvimento econômico e social de um país, assunto deste tópico.

3.1 DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Para definirmos o desenvolvimento econômico, cabe conceituarmos a diferença entre crescimento e desenvolvimento econômico. Segundo MILONE, o crescimento econômico é o aumento contínuo do Produto Interno Bruto em termos globais e per capita ao longo do tempo e no desenvolvimento econômico ocorrem além das mudanças de caráter quantitativo dos níveis do produto nacional, modificações que alteram a composição do produto e alocação dos recursos pelos diferentes setores da economia. Assim, o desenvolvimento econômico deve traduzir-se na melhora do bem estar econômico e social dos indivíduos, ou seja, para que haja desenvolvimento, sobretudo é necessário que haja crescimento.

Em um país que alcança um bom nível de desenvolvimento econômico, verificamos a existência das seguintes características:

1. Redução dos níveis de pobreza;
2. Redução do desemprego;
3. Melhor distribuição da renda;
4. Evolução nos indicadores de educação;

- Melhoria das condições de saúde, nutrição, habitação e transporte público.

3.2 PAÍSES DESENVOLVIDOS X PAÍSES EM DESENVOLVIMENTO

Existe um conjunto de fatores que explicam porque alguns países são mais desenvolvidos do que outros, vale destacar fatores como: o processo histórico do país, a dotação de recursos naturais (terra, minerais, matérias-primas, etc) e dos recursos humanos, a estrutura industrial, o grau de dependência externa, a estrutura política e o setor público.

FATORES	PAÍSES DESENVOLVIDOS	PAÍSES EM DESENVOLVIMENTO
Processo Histórico	Colonizadores	Colonizados
Dotação de Recursos Naturais e Recursos Humanos	Abundantes	Escassos
Estrutura Industrial	Industrializados	Predominantemente Agrícolas
Grau de Dependência Externa	Independentes	Dependentes
Estrutura Política	Benefício do bem estar da população	Benefício das classes dominantes
Setor Público	Eficiente	Em desenvolvimento

Tabela 01. Análise de diferenças de fatores entre países desenvolvidos e países em desenvolvimento.

Analisando a tabela acima, podemos chegar as seguintes conclusões sobre a causa que estabelece a diferença entre os países desenvolvidos e países em desenvolvimento:

- Os países desenvolvidos em geral foram colonizadores (Inglaterra, França, Holanda, Alemanha), salvo algumas exceções, já os países em desenvolvimento a maioria foi colonizado, portanto tornaram-se independentes recentemente e isso atrasou o processo de desenvolvimento de suas estruturas econômicas e instituições educacionais e de saúde;
- Dotação de Recursos Naturais e Recursos Humanos: Nos países em desenvolvimento geralmente existem recursos minerais abundantes em relação aos países em desenvolvimento, com relação ao fator mão-de-obra, os países que tem maior qualidade, podem atingir mais rapidamente maior produtividade;

3. Estrutura Industrial: Países em desenvolvimento são predominantemente agrícolas, na medida em que se desenvolve, começa a investir em setores industriais e de serviços;
4. Grau de Dependência Externa: Em geral, os países em desenvolvimento apresentam dependência política, social e econômica de países mais desenvolvidos.
5. Estrutura Política: Nos países em desenvolvimento, reflete os interesses das classes dominantes e não mobiliza esforços para uma política de distribuição de renda;
6. Setor Público: Em países desenvolvidos, as políticas públicas, em áreas como educação, saúde, transporte, segurança, apresentam elevados níveis de satisfação da população, enquanto nos países em desenvolvimento necessita de uma maior organização e investimento.

Nos países em desenvolvimento, podemos verificar outras características como: elevado índice de analfabetismo, baixo índice de produtividade, elevada taxa de crescimento populacional, baixa taxa de poupança por habitante, elevada taxa de desemprego e subemprego, baixa renda *per capita*, elevada pobreza e elevada desigualdade social.

Dessa forma, é possível afirmar que os fatores determinantes para que um país tenha um nível de desenvolvimento considerado bom para os padrões internacionais, é preciso: planejamento e organização do mercado; distribuição de renda mais justa e equilibrada; políticas que incentive o desenvolvimento industrial e o comércio exterior; controle do crescimento populacional; e, foco na qualidade de vida e do bem estar da população.

Concluimos este tópico e nele estudamos sobre crescimento e desenvolvimento econômico, levando em consideração características de países desenvolvidos e países subdesenvolvidos.

TÓPICO 4

Políticas macroeconômicas e indicadores de desempenho

OBJETIVO

- Compreender o conceito de Globalização na economia

Neste tópico iremos fazer um breve estudo sobre Globalização. Trata-se de um tema considerado atual, pois cada vez mais as nações procuram integração internacional em busca de parcerias ou negócios visando o desenvolvimento de setores que necessitem apoios financeiros ou estruturais.

4.1 GLOBALIZAÇÃO

A globalização é considerada por muitos economistas como o estágio mais avançado do processo histórico de internacionalização capitalista e essa nova etapa pode ser definida como a interação de três processos paralelos: a expansão dos fluxos internacionais de bens, serviços e capitais; aumento da concorrência dos mercados mundiais; e uma maior integração entre os sistemas econômicos nacionais.

4.2 EFEITOS DA GLOBALIZAÇÃO

A globalização produz muitos efeitos positivos nas economias participantes do processo, tais como: superação de barreiras impostas aos movimentos de capitais entre os países; incentivo à concorrência internacional; redução da soberania econômica dos países participantes; formação de blocos de integração regional (Mercosul, União Européia, ALCA, etc.); impactos sociais e culturais; maior quantidade de empresas multinacionais instaladas no país; troca de experiências estruturais e tecnológicas; movimentos especulativos dos capitais

financeiros internacionais, levando as economias a uma situação de instabilidade e crise.

É crescente a inserção de programas econômicos globalizados tanto em países desenvolvidos, em desenvolvimento e até mesmo em países considerados subdesenvolvidos embora que de maneira assimétrica em relação aos países ricos, mas alertamos que a inserção de nações em negócios internacionais precisa de planejamento, políticas de controle de entradas externas no comércio local e foco nos ganhos bilaterais.

Encerramos esta aula e, nela, estudamos sobre os problemas que afetam mais profundamente a economia do país. Com isso, esperamos que você tenha aprendido e que possa utilizar os conceitos teóricos da ciência econômica para interpretar a realidade que o cerca de forma prática.



ATIVIDADES DE APROFUNDAMENTO

1. Quais os principais objetivos de uma política macroeconômica em uma nação?
2. O que é inflação e quais os efeitos que a mesma pode trazer no setor turístico?
3. Qual o principal objetivo de uma política de renda igualitária adotada em alguns governos?
4. Assinale V (VERDADEIRO) ou F (FALSO) para as afirmações sobre globalização em economia:
 - () Com a globalização, a competição passa a ocorrer em escala nacional;
 - () O processo de globalização concorreu para intensificar a formação de blocos econômicos regionais;
 - () A globalização beneficia, igualmente, os países desenvolvidos e os países em desenvolvimento;
 - () Os movimentos especulativos dos capitais financeiros internacionais provocam instabilidade econômica nos países.

REFERÊNCIAS

Equipe de Professores da USP. **Manual de Economia**. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2007.

FERNANDES, Ivan Pereira. COELHO, Marcio Ferreira. **Economia do Turismo**. Rio de Janeiro: Campus, 2002.

HUNT, E. K. **História do Pensamento Econômico**. 2. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1984.

IGNARRA, Luiz Renato. **Fundamentos do Turismo**. São Paulo: Thompson Pioneira, 1998.

LAGE, Beatriz. MILLIONE, Paulo Cesar. **Economia do Turismo**. São Paulo: Atlas, 2009.

ROSSETTI, José Paschoal. **Introdução à Economia**. 20. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

CURRÍCULO

Antonio Valdson dos Santos Alencar (*in memoriam*)

Graduado em Ciências Econômicas pela Universidade de Fortaleza (UNIFOR). Mestre em Ciências da Computação pela Universidade Estadual do Ceará (UECE). Professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE) lotado na gerência de Telemática e responsável por disciplinas nas áreas de hardware e Redes de Computadores de cursos técnicos e tecnológicos desta gerência. Trabalhou no Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB), sendo professor de disciplinas e elaborador de conteúdos. Sócio-fundador e Diretor Técnico das seguintes empresas: Fortalnet - Provedor de Acesso à Internet e Findnet - Tecnologia em Rastreamento Veicular.

Em março de 2011, o professor Valdson Alencar se foi. Um professor que expressava paixão pelas inovações tecnológicas e, por isso, um dos maiores entusiastas ativos da Educação a Distância no Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Ceará. Sua responsabilidade e compromisso com tudo o que fazia mostrava o quanto acreditava nessa modalidade de ensino. A Diretoria de Educação a Distância jamais esquecerá esse tão competente professor.

Fabiano Porto de Aguiar

Graduado em Ciências Econômicas pela Universidade Federal do Ceará – UFC; com especialização em Gestão Comercial pela Universidade de Fortaleza – UNIFOR. Atua na área comercial há sete anos e atualmente é gerente comercial de uma empresa privada que atua no mercado imobiliário. Concluiu o Curso de Professor Formador em Educação a Distância, promovido pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Estado do Ceará, onde atualmente é professor formador da disciplina de Matemática Comercial e Financeira.

